



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202081400173	Distribuição: 25/06/2020
Número Único: 0000168-33.2020.8.25.0065	Competência: Divina Pastora
Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível	Fase: CONCILIAÇÃO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

Dados das Partes

Autor: ELIANA PAES DOS SANTOS
Endereço: POVOADO BOMFIM
Complemento:
Bairro: BOMFIM
Cidade: DIVINA PASTORA - Estado: SE - CEP: 49650000
Autor: Advogado(a): RUY BRITTO PENALVA FILHO 6144/SE
Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000
Réu: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

25/06/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202081400173, referente ao protocolo nº 20200625144402963, do dia 25/06/2020, às 14h44min, denominado Procedimento do Juizado Especial Cível, de Seguro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO – DISTRITO DE DIVINA PASTORA – ESTADO DE SERGIPE

ELIANA PAES DOS SANTOS, brasileira, solteira, serviços gerais, portadora do CPF 023.747.435-27, RG 1.305.138, residente e domiciliada no povoado Bomfim, nº 06, Divina Pastora/SE, CEP 49.650-000, vem, através de seu advogado constituído com endereço profissional na Av. Beira Mar, nº. 1422-A, Farolândia, CEP 49032-000, Aracaju/SE., à presença de Vossa Excelência, ajuizar a presente:

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE COBRANÇA

Em face da **SEGURADORA LÍDER – DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-20, pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados:

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

No dia 09 de julho de 2019, a filha da requerente fora vítima de um acidente fatal, certidão de óbito em anexo, que ocorreu por volta das 07 horas, no km 765,8 da BR 831, na pista sentido BH XSP, no município de Campanha/MG.

Ciente do seu direito de receber o seguro DPVAT, a requerente, considerando que é a única herdeira da *de cujos*, solicitou, através da via administrativa, requerimento de pagamento da apólice à título de morte do segurado.

Após o trâmite administrativo, o pedido de indenização do Seguro DPVAT fora aprovado. No entanto, para a surpresa da autora, apenas fora autorizado o pagamento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Posição em 21-06-2020 16:43:21



O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/05/2020	R\$ 6.750,00	R\$ 0,00	R\$ 6.750,00

Ocorre que, nos casos em que o acidente resulte na morte, a Medida Provisória 340, de 29 de dezembro de 2006, que alterou o art. 3º da Lei instituidora do seguro DPVAT, estipulou a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização, devendo a correção monetária sobre a dívida incidir a partir do efetivo prejuízo.

Deste modo, considerando que o pagamento a menor do seguro DPVAT, não restou alternativa a autora senão o ajuizamento da presente demanda para cobrar o *quantum* pago a menor no valor R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) a ser devidamente atualizado.

2. DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

A autora faz jus à concessão do benefício da gratuidade judiciária, tendo em vista que trabalha como serviços gerais, sendo, portanto, pessoa de baixa renda que não possui condições suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

O artigo 4º da Lei 7.510/86 disciplina que a simples afirmação de não possuir condições de arcar com as custas processuais, é suficiente para concessão da gratuidade judiciária. *In verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Desta forma, considerando o disposto no artigo 4º da Lei 7.510/86 e, ainda, em consonância com o art. 5º LXXIV da Constituição Federal, pugna pela concessão dos benefícios da justiça gratuita.

3. DA LEGITIMIDADE ATIVA

De acordo com o disposto no art. 12 do Código Civil, qualquer parente em linha reta tem legitimação para reclamar perdas e danos decorrentes de lesão a direito personalíssimo do *de cujos*.

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimização para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

No mesmo sentido o art. 943 do Código Civil dispõe que “*o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.*”

No caso em rela, a requerente é mãe da *de cujos* que faleceu sem deixar qualquer herdeiro. Ademais, o pai da falecida também já faleceu, consoante certidão de óbito em anexo.

Logo, não restam dúvidas que, sendo a requerente a única parente em linha reta, a autora é parte legítima para figurar no polo ativo da demanda.

4. VALOR FIXADO NA MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO FEITO A MENOR

A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, estipulou o valor das indenizações em moeda corrente para o pagamento das indenizações às vítimas de acidentes de trânsito.

Para o caso de morte, a legislação previamente fixou a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização, devendo a correção monetária sobre a dívida incidir a partir do efetivo prejuízo.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e

conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Deste modo, se em decorrência do acidente de trânsito ocorrer o resultado morte, o valor de indenização a ser pago é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesse sentido também trafega o entendimento do STJ:

SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1290721/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2011, DJe 14/06/2011 - STJ).

No caso em tela, em que pese a filha da autora tenha falecido no acidente de carro, conforme demonstra o atesto de óbito em anexo, a empresa requerida apenas efetuou o pagamento de metade da indenização, deixando, portanto, de efetuar o pagamento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), comprovante de pagamento em anexo.

Deste modo, considerando que o pagamento fora realizado a menor, em desrespeito ao disposto art. 3º da Lei instituidora do seguro DPVAT, pugna pela condenação da empresa ré a efetuar o pagamento restante da indenização securitária no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

4. REQUERIMENTOS

Ex positis, requer:

a) Preliminarmente, a **concessão dos benefícios da gratuidade judiciária**, em consonância com o disposto no art. 4º da Lei 1.060/50, tendo em vista a impossibilidade de arcar com as custas processuais, sem prejuízo da própria subsistência;

b) A citação da requerida para, querendo, comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento, sob pena de lhe ser decretada à revelia e aplicado os efeitos dela decorrentes;

c) A procedência da ação para condenar a requerida ao pagamento do *quantum* de R\$ 6.876,04 (seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e quatro centavos), atualizado até a presente data, e acrescidos juros moratórios a partir da citação válida.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, dentre eles: a realização de prova testemunhal e pericial.

Dá-se a causa o valor de R\$ 6.876,04 (seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e quatro centavos)

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 25 de junho de 2020.

RUY BRITTO PENALVA FILHO

OAB/SE 6.144

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: ELIANA PAES DOS SANTOS, brasileira, solteira, serviços gerais, portadora do RG 1.305-138, CPF 023.747.435-27, residente e domiciliada no Povoado Bomfim, n. 06, Município de Divina Pastora/SE.

OUTORGADOS: RUY BRITTO PENALVA FILHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/SE 6.144, com endereço profissional na Av. Beira Mar, nº. 1422-A, Farolândia, CEP 49032-000, Aracaju/SE.

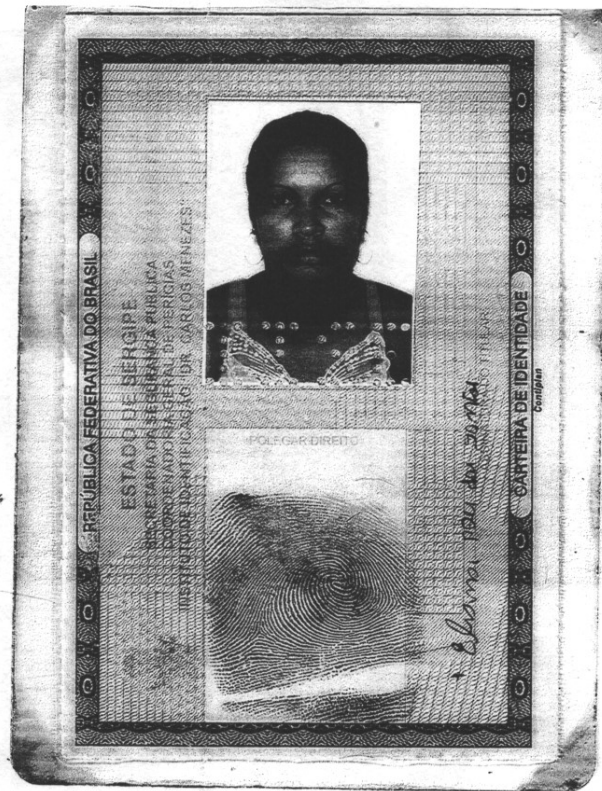
O outorgante acima identificado nomeia e constitui como seus procuradores os outorgados mencionados, com poderes inerentes às cláusulas *ad juditia* e *extra juditia* para, *in solidum* ou conjuntamente com outros advogados, promover a defesa dos seus direitos e interesses em Juízo ou no âmbito administrativo, de acordo com o contrato de honorários, podendo, para tanto, ajuizar ações, contestar, interpor recursos, acompanhar em qualquer grau de jurisdição, além dos especiais poderes para confessar, transigir, desistir, acordar, dar e receber quitação, prestação das primeiras declarações, receber intimação, receber alvará judicial, e tudo mais para o fiel cumprimento deste mandato, podendo inclusive substabelecer, com ou sem reserva de poderes, pelo que dará tudo por bom, firme e valioso, com a finalidade especial de ajuizar ação de cobrança de seguro DPVAT.

Aracaju/SE, 22 de junho de 2020.

Eliana Paes dos Santos

ELIANA PAES DOS SANTOS

Outorgante



REGISTRO GERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME 1. 305.138 2. VIA DATA DE EMISSÃO 06/11/2014

FILIAÇÃO ELIANA PAES DOS SANTOS

ANTONIO PAES DOS SANTOS

MARIA LEIDA SANTOS

NAT/PALIDADE

DIVINA PASTORA-SE

DOS ORIGEM

DATA DE NASCIMENTO 20/06/1974

DT. NASCIM. NR 230 LV 14 11 101

CART. 3. OF. DIST. DIVINA PASTORA CIL. RINCENHO-SE

023/247.435-27

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DIRETORIA DE REGISTRO CIVIL

DIRETORIA DE REGISTRO CIVIL

DIRETORIA DE REGISTRO CIVIL

ELIANA PAES DOS SANTOS
PC FRANCISCO T DE VEICONCA, S/N/ STA ANA - AREA RURAL
DIVINA PASTORA / SE CEP: 48650000 (AG: 220)

Ligação: MONOFÁSICA
Cis/Sbc: RES MTC E 1, RES DE VÍCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro: 10 - 240 - 725 - 180 Referência: Jan / 2020
Medidor: W104352410E Emissão: 16/01/2020



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.767.436
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 020.363.666
Cód. para Déb. Automático: 00009788390

Atendimento ao Cliente ENERGISA: 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPE / CNPJ / RANI
Jan / 2020	16/01/2020	14/02/2020	023.747.435-27 Insc. Est.

Canal de contato
Conheça a Gisa, nossa atendente virtual do Whatsapp?
Ela pode te ajudar com informações sobre débitos,
enviar a segunda via da conta de energia
e até fazer pedido de ligação.
Salve nosso número e nos chama sempre que precisar.
79 98101-0716

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 17/12/19	Leitura 16727	Data 16/01/20	Leitura 16727	136

Descrição	Quantidade	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)
0601 Consumo em kWh	136,000	0,747130	101,81	101,81	25	25,40	101,81	0,71	3,31
0801 Adic. B. Amarela			2,57	2,57	25	0,84	2,57	0,02	0,08
LAVAMENTOS E SERVIÇOS									
0804 JUROS DE MORA 11/2019			0,81	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804 JUROS DE MORA 12/2019			0,33	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 MULTA 11/2019			2,29	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 MULTA 12/2019			2,01	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0899 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2019			0,05	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0899 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2019			0,47	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

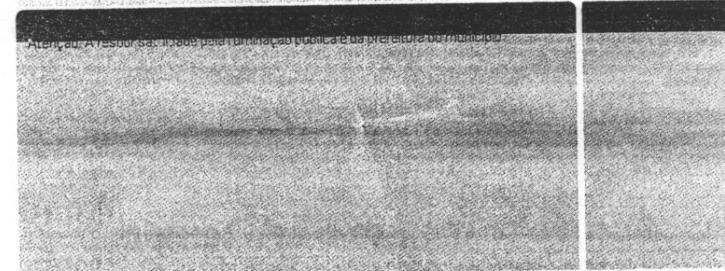
CC: Código de Classificação do Item TOTAL 110,24 104,18 26,04 104,18 0,73 3,39
Tarifa / Tributos: 9,530720

123 23/01/2020 R\$ 110,24

114	115	116	122	137	122	132	88	117	122	142	128
Jan/19	Feb/19	Mar/19	Apr/19	May/19	Jun/19	Jul/19	Aug/19	Sep/19	Oct/19	Nov/19	Dec/19

RESERVADO AO FISCO
8638.dcd.a.cc72.0f98.554d.4988.e8fb.afe6.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
	Limites da ANEEL	Atingido	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	111,1	0,00	NOMINAL 127	Serviços de Dist. de Energia/SE	29,99	24,47
DIC TRIMESTRAL	22,23			Compra de Energia	39,00	35,39
DIC ANUAL	44,47		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117 LIMITE SUPERIOR 133	Serviço de Transmissão	2,63	2,39
FIC MENSAL	7,73	0,00		Encargos Setoriais	5,40	4,90
FIC TRIMESTRAL	15,47			Impostos Diretos e Encargos	36,22	32,86
FIC ANUAL	30,93			Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	5,53	0,00		Total	110,24	100,00
DICRI	16,63			Valor de EUSD (Ref. 11/2019) R\$ 40,45		



BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL
00190.00009 03087.893008 05191.458172 2 81430000011024
PAGADOR: ELIANA PAES DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 023.747.435-27
PC FRANCISCO T DE VEICONCA, S/N/ STA ANA - AREA RURAL - DIVINA PASTORA / SE CEP: 48650000
Nosso Nr 30878930005191458 Idr. Documento 00678835202001 Data de Vencimento 23/01/2020 Valor do Documento R\$ 110,24 Valor Pago
BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA CNPJ 13.017.462/0001-63
Rua Min Apolônio Sales, 81 - Inácio Barbosa - Aracaju / SE - CEP 49040-150

VIA NORTE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAO- DE- OBRA
07.383.716/0001-64

Rua DEPUTADO ULICES ANDRADE, 361A CASA - Bairro ROSA ELZE - São Cristóvão

Demonstrativo de Pagamento

Func.: 002126 - ELIANA PAES DOS SANTOS			Período: 04/2020
Cargo: 0026 - Varredor		Matrícula: 0000002126	CTPS: 3508968 / 00020
Depto.: 000002 - PRESTADORA DE SERVIÇOS		Admissão: 02/06/2014	CPF: 023.747.435-27
Verbas	Referência	Vencimentos	Descontos
0001 - Salário Contratual	30,00	1.045,00	
0107 - Insalubridade 20%	1,00	209,00	
0210 - Desconto Ticket Refeição			20,00
0520 - Desconto INSS	9,00		97,18
DIVINA PASTORA PREZADO, INDIQUE UMA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA PARA FAZER PARTE DA NOSSA EQUIPE.		Total: 1.254,00	Total: 117,18
		Valor Líquido	1.136,82
Recebi o valor líquido, acima descrito em <u>08/05/20</u> Assinatura: <u>Eliana Paes dos Santos</u>			
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do Mês
1.045,00	1.254,00	1.254,00	100,32
			Base Cál. IRRF
			1.156,82
			Faixa IRRF

06/01/2020

Certidão de Óbito



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME

LILIANE PAES DOS SANTOS

CPF

072.385.935-30

MATRÍCULA

110536 01 55 2020 4 00004 120 0000428 - 55

SEXO

FEMININO

COR

PARDA

ESTADO CIVIL E IDADE

SOLTEIRA, 21 ANOS

NATURALIDADE

ARACAJU-SE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

24091618 SSP-SE

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

1º GENITOR: ELIANA PAES DOS SANTOS

2º GENITOR: ADILSON SANTOS

RESIDÊNCIA: RUA A, Nº 06-CONJUNTO STELA AZEVEDO- POVOADO BONFIM, ZONA RURAL, DIVINA PASTORA-SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

NOVE DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE ÀS 06:00

DIA

09

MÊS

07

ANO

2019

LOCAL DE FALECIMENTO

BR 381 KM 765,5, CAMPANHA-MG

CAUSA DA MORTE

AVERBAÇÃO; CONFORME LAUDO ANTROPOLÓGICO REGISTRADO NO IML/BH; 72-408, CONSTA QUE A CAUSA MORTE DA FALECIDA LILIANE PAES DOS SANTOS FOI POR CARBONIZAÇÃO. DIVINA PASTORA, 06/01/2020. BIANCA MARIA MORAES ALVES, OFICIALA INTERINA.

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)

CEMITÉRIO DO POVOADO BONFIM, ZONA RURAL, MUNICÍPIO E DIVINA PASTORA/SE

DECLARANTE

EDILAINE PAES DOS SANTOS

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

34602 - CARLOS ALBERTO VIEIRA BRAGA

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCEER

NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO ÚNICO DO DISTRITO DE DIVINA PASTORA

OFICIAL REGISTRADOR SUBSTITUTO: BIANCA MARIA MORAES ALVES

MUNICÍPIO: DIVINA PASTORA-SE

ENDEREÇO: PRAÇA DA MATRIZ, Nº 495 - BAIRRO: CENTRO

TELEFONE: 79-98859 1415

EMAIL:

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
DIVINA PASTORA, SE, 06 de Janeiro de 2020.

Assinatura do Oficial

VALOR DOS EMOLUMENTOS: R\$: 55,98
(Artigo 3º, §2º, da Lei nº 6.310/2007).Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
SergipeOfício Único do Distrito de
Divina Pastora

06/01/2020 09:08

https://www.tjse.jus.br/x/6X9UAE



202020612000013

VÁLIDO COM O SELO
ELETRÔNICO

2ª VIA



PRF

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROTOCOLO: Nº 19036358B01



Maiores dúvidas acesse: www.prf.gov.br/portal



Para cópia do seu Boletim acesse o sítio: www.prf.gov.br/novobat
/consultar Informe o número do protocolo e o CPF/CNPJ de um
dos envolvidos no acidente; e Clique em imprimir.



Atenção: As vítimas de acidente têm direito ao recebimento do Seguro DPVAT. Para maiores informações, acesse: www.dpvatseguro.com.br **Em casos de avaliação de danos com MÉDIA ou GRANDE MONTA, verificar os trâmites da Resolução 544 do CONTRAN. Procure o órgão estadual de trânsito (DETRAN) do seu Estado, antes de fazer reparos no veículo.**



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando

191



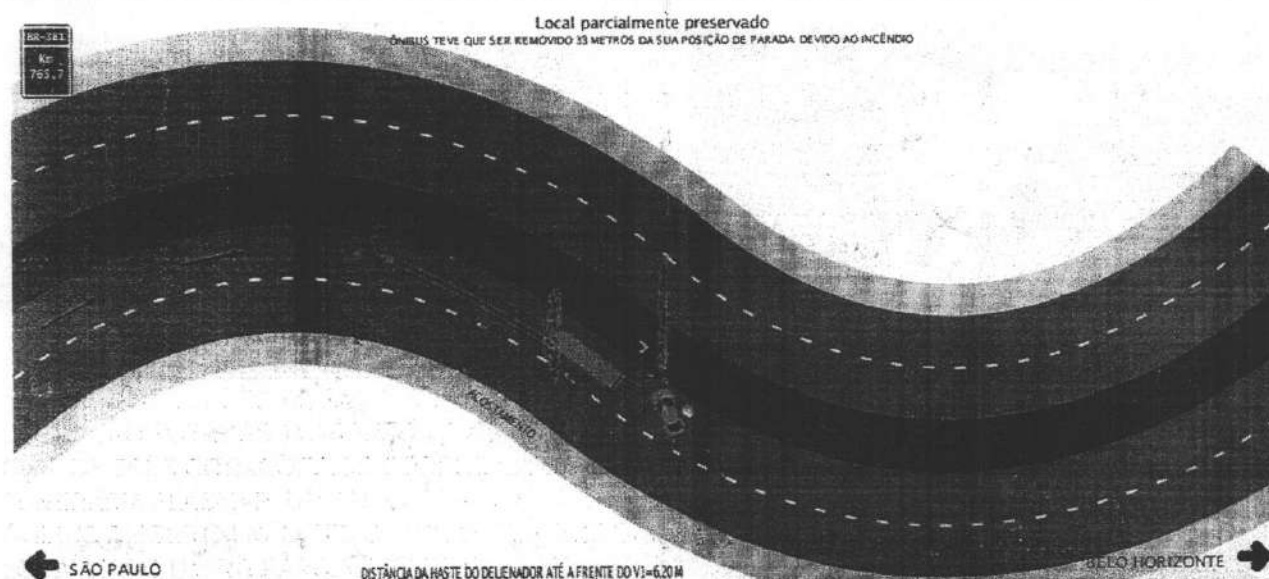
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

DISCOS DIAGRAMAS DE 7 (SETE) DIAS DO V2 NÃO APRESENTAVA NENHUM REGISTRO DE MARCAÇÃO DAS AGULHAS DE VELOCIDADE, DISTÂNCIA E TEMPO. A PISTA FICOU PARCIALMENTE INTERDITADA ATÉ A SUA LIBERAÇÃO TOTAL ÀS 11:15 H. COMPARECEU NO LOCAL O PERITO FABRÍCIO, MASP 1418629-0 DA POLÍCIA CIVIL DE TRÊS CORAÇÕES. OS CORPOS CARBONIZADOS E NÃO IDENTIFICADOS FORAM REMOVIDOS PELA FUNERÁRIA PLASMAP, DE CAMBUQUIRA PARA O IML DE TRÊS CORAÇÕES. TODOS OS OCUPANTES DO ÔNIBUS DISSERAM NÃO TER SOFRIDO FERIMENTOS. NO INTERIOR DO V1, DO LADO DO PASSAGEIRO, FOI LOCALIZADO UM RG PARCIALMENTE QUEIMADO EM NOME DE LILIAN PAES DOS SANTOS, NASCIDA EM 22/01/1998, CPF 072.385.935-30, POSSIVELMENTE OCUPANTE DO GM/CELTA.

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



AMARRAÇÃO - COORDENADA CARTESIANA

Descrição do Ponto	X (m)	Y (m)
CENTRO DA RODA TRASEIRA ESQUERDA DO V1	6,70	6,40
CENTRO DA RODA DIANTEIRA ESQUERDA DO V1	4,95	4,90

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão traseira	V2, V1
2	Incêndio	V1

MARCAS NO PAVIMENTO

Evento	Veículo	Frenagem (m)	Derrapagem (m)	Arrastamento (m)
1	V1			178,60
1	V2			



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



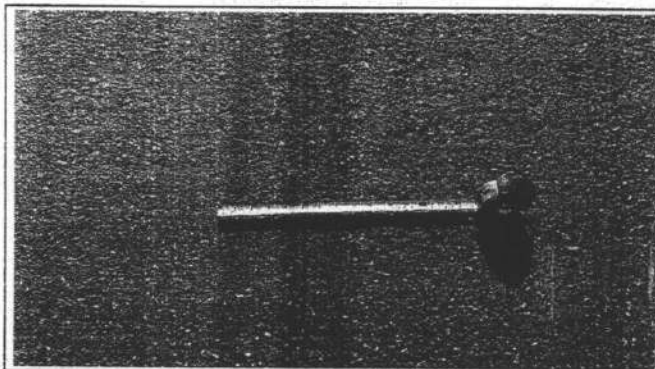
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

Motivo: Ausência de responsável

Tipo de Receptor: Depósito credenciado

Informações complementares: SUCATA DO VEÍCULO ENCAMINHADA AO PÁTIO RCA DE TRÊS CORAÇÕES CONFORME DRV-0410.190709.1200-730.VEÍCULO C/ COMUNICAÇÃO DE VENDA ATIVA NO DENATRAN.

V1 - IMAGENS COMPLEMENTARES



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



IMAGEM DA TRASEIRA

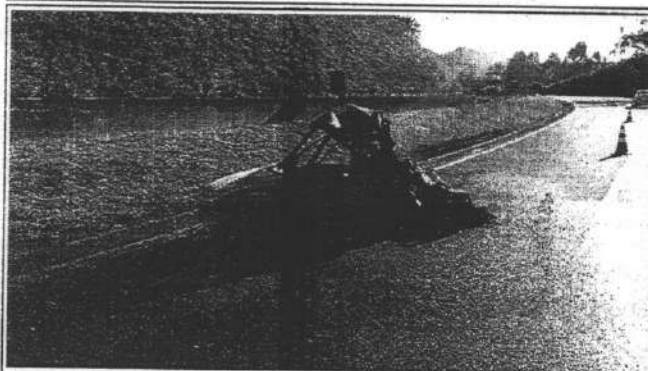


IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/ncvobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1P1 - PASSAGEIRO 1 DO V1 - Não Identificado

V1P1 - Informações

Nome:

Sexo: Ignorado

Usava cinto de segurança: Ignorado

Data de Nascimento:

Estado físico: Morto

Usava dispositivo para retenção de criança: Não

V1P1 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V1P1 - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: IML ou DML

Informações complementares: CORPO CARBONIZADO E NÃO IDENTIFICADO FOI REMOVIDO PELA FUNERÁRIA PLASMAP, (35)3251-3613, DE CAMBUQUIRA PARA O IML DE TRÊS CORAÇÕES, PELO SR. PAULO SÉRGIO SALES, CPF 870.102.086-20. EM 12/07/19 O CORPO FOI REMOVIDO PARA O IML DE BELO HORIZONTE PARA EXAMES DE DNA POR MEIO DA REQUISIÇÃO FAEP Nº 034045672, CONFORME INFORMAÇÃO DA SRA. ANA REGINA AUXILIAR ADMINISTRATIVA DO IML DE TRÊS CORAÇÕES (35)3235-1195.

V2 - VEÍCULO 2 - DJB5996 - ÔNIBUS

V2 - Informações

Placa: DJB5996

Marca/modelo: M.BENZ/INDUSCAR GI R 400

Renavam: 00855359374

Ano fabricação: 2005 Chassi: 9BM6642315B419854

Tipo de veículo: Ônibus

Espécie: Passageiro Categoria: Aluguel

Cor: Amarela

Manobra no momento do acidente: Ultrapassando

Informações complementares: CONFORME INFORMAÇÃO DO CONDUTOR NO MOMENTO DO ACIDENTE O ÔNIBUS ESTAVA ULTRAPASSANDO UMA CARRETA. NÃO HOUVE PERDA OU DANO DE NENHUMA BAGAGEM DOS 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS QUE FICARAM RESPONSÁVEIS PELAS MESMAS. CONJUNTO DE DISCOS DIAGRAMAS DE 7 (SETE) DIAS SEM REGISTROS DAS AGULHAS DE VELOCIDADE, DISTÂNCIA E TEMPO.

V2 - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Outro

Informações complementares: DANOS NO VEÍCULO FORAM DE PEQUENA MONTA, NÃO COMPROMETENDO NENHUMA PARTE ESTRUTURAL. VEÍCULO ENCAMINHADO PARA FISCALIZAÇÃO DA ANTT CONFORME PDI Nº 1284279.



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V2 / M.BENZ/INDUSCAR GI R 400
Nome do Agente: MARCELO COSTA

Placa: DJB5996
Matrícula do Agente: 1073998

Nº BOAT: 19036358B01
Data: 09/07/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sím	Não	NA
1	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
2	Avaria em qualquer um dos eixos	M		X	
3	Dano em qualquer componente do Sistema de freios.	M		X	
4	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
5	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina	M		X	
6	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas	M		X	
7	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
8	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
9	Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longarinas	G		X	
10	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão	M		X	
11	Avaria na estrutura das laterais ou do teto afetando o posto do condutor.	M		X	
12	Avaria na estrutura afetando a coluna "B" da carroçaria.	M		X	
13	Avaria na estrutura afetando qualquer ponto de fixação das poltronas/bancos.	M		X	
14	Avarias na estrutura das laterais ou do teto atingindo o compartimento interno dos passageiros podendo ultrapassar o plano que passa pela linha de referência do peitoril (parte inferior das janelas)	M		X	
15	Estrutura com deformação vertical, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroçaria com o chassi	M		X	
16	Estrutura com deformação lateral, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroçaria com o chassi	M		X	
17	Região da carroçaria e/ou do chassi termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi.	M		X	
18	Região do chassis termicamente afetada com dimensão maior que a 2/3 do comprimento do chassi.	G		X	

Dano de Montagem: Pequena



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2 - Proprietário

Nome: EDVALDO GONCALVES DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 448.343.225-72

Email:

Telefone: (77)98111-4142

Endereço: SAO PAULO-SP

V2C - CONDUTOR DE V2 - SIDNEI GUIMARAES SILVA

V2C - Informações

Nome: SIDNEI GUIMARAES SILVA

Data de Nascimento: 17/10/1981

CPF: 004.499.785-08

Estado civil: Não Informado

Sexo: Masculino

Estado físico: Ileso

Usava cinto de segurança: Sim

Informações complementares: FOI REALIZADO O TESTE DO ETILÔMETRO Nº 01908, NO APARELHO Nº 0111951, QUE NÃO ACUSOU O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA. TODOS OS PERTENCENÇAS PESSOAIS E O VEÍCULO FICARAM SOB A RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR. SENDO QUE O VEÍCULO FOI POSTERIORMENTE ENCAMINHADO PARA A ANTT.

V2C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria: AE

Primeira habilitação: 21/06/2007

Nº Registro: 04126148250

UF: BA

Vencimento da habilitação: 22/01/2024

Motorista profissional: Não

Observações CNH: 15

V2C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

Resultado obtido: 0,00 mg/l

V2C - Dados do Contato

Endereço: RUA SANTA MARIA, 255, CASA, ALTO DO CRUZEIRO, IBIASSUCE-BA

Telefone: (77)99182-6236

Email:

V2C - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Polícia Civil

Informações complementares: CONDUTOR ENCAMINHADO PARA DELEGACIA DE POLÍCIA DE TRÊS CORAÇÕES PARA SER OUVIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL CONFORME BOP Nº 1377226190709070000 DEVIDO A FALTA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PREVISTO NO ARTIGO 145 INCISO IV DO CTB.



Assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10º da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle: 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P2 - Dados do Contato

Endereço: GUIDO SEGALHO, 1071, JD EULINA, CAMPINAS-SP

Telefone:

Email:

V2P3 - PASSAGEIRO 3 DO V2 - VITALINA DIAS DA SILVA

V2P3 - Informações

Nome: VITALINA DIAS DA SILVA

CPF: 099.481.198-51

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 05/06/1962

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P3 - Dados do Contato

Endereço: ALTO, SN, ALTO, IGARATA-SP

Telefone:

Email:

V2P4 - PASSAGEIRO 4 DO V2 - LAVINIA DOS SANTOS REIS

V2P4 - Informações

Nome: LAVINIA DOS SANTOS REIS

CPF: 542.072.378-60

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 13/09/2009

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P4 - Dados do Contato

Endereço: CARAMBOLERA, 15, APTO 1046, CIDADE DAS FLORES, OSASCO-SP

Telefone: 001143764226

Email:

V2P5 - PASSAGEIRO 5 DO V2 - ROSA MARIA DE JESUS

V2P5 - Informações

Nome: ROSA MARIA DE JESUS

CPF: 045.731.548-25

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 03/04/1957

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P5 - Dados do Contato

Endereço: TATUAPE, 122, VL PAULICEIA, SAO BERNARDO DO CAMPO-SP

Telefone:

Email:



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P9 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P10 - PASSAGEIRO 10 DO V2 - LEONARDO DOS SANTOS

V2P10 - Informações

Nome: LEONARDO DOS SANTOS

Nº de Identificação/órgão expedidor: 2038218234/SSP/BA

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 29/06/1993

Sexo: Masculino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P10 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P11 - PASSAGEIRO 11 DO V2 - MAURA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

V2P11 - Informações

Nome: MAURA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Nº de Identificação/órgão expedidor: 234408042/SSP/SP

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 22/08/1972

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P11 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P12 - PASSAGEIRO 12 DO V2 - MIQUEIAS LIMA DOS SANTOS

V2P12 - Informações

Nome: MIQUEIAS LIMA DOS SANTOS

Nº de Identificação/órgão expedidor: 527150277/SSP/SP

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 22/06/2002

Sexo: Masculino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P12 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.fgov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P16 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

E1 - TESTEMUNHA - SIDINALVA DE SOUZA DIAS

E1 - Informações

Nome: SIDINALVA DE SOUZA DIAS

Envolvimento: Testemunha

Sexo:

Data de Nascimento:

CPF: 225.636.028-82

Estado físico:

Informações complementares: DECLAROU A TESTEMUNHA, PASSAGEIRA DO ÔNIBUS PERANTE A EQUIPE PRF, QUE EMBARCOU EM ATIBAIA POR VOLTA DAS 03:15 H E QUE ÀS 06:00 H HOVE UMA PARADA PARA CAFÉ. QUE A VIAGEM ESTAVA TRANQUILA SEM TER NOTADO NADA DE ERRADO COMO VELOCIDADE ALTA OU FREADAS BRUSCAS. QUE NO MOMENTO DO ACIDENTE ESTAVA ACORDADA E DE REPENTE ESCUTOU UM BARULHO FORTE, SENTIU UM TRANCO NO VEÍCULO E UMA REDUÇÃO BRUSCA NA VELOCIDADE. QUANDO SE DEU CONTA DO QUE ERA PERCEBEU QUE HAVIA OCORRIDO O ACIDENTE. DISSE AINDA QUE NÃO TINHA SOFRIDO FERIMENTOS ASSIM COMO TODOS NO INTERIOR DO ÔNIBUS.

E1 - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

E1 - Dados do Contato

Endereço: RUA JOSÉ RODRIGUES DA C. FILHO, 90, CASA, JARDIM DOS IPÊS, SUMARE-SP

Telefone: (19)99165-7337

Email:



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 09/07/2019 Hora: 07:00 Município: CAMPANHA/MG
BR: 381 KM: 765,8 Sentido: Decrescente
Policial responsável pelo atendimento: MARCELO COSTA, 1073998

ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal
Tipo de pista: Dupla
Estrutura Viária: Curva, Declive
Acostamento: Sim
Condição meteorológica: Céu Claro

Tipo de pavimento: Asfalto
Condição da Pista: Seca
Localidade urbanizada: Não
Canteiro Central: Sim
Fase do dia: Pleno dia

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO DECRESCENTE



SENTIDO CRESCENTE

NARRATIVA

NO DIA 09/07/2019, POR VOLTA DAS 07:00 H, NO KM-765,8 DA BR-831, NA PISTA SENTIDO BH X SP, NO MUNICÍPIO DE CAMPANHA-MG, OCORREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO DO TIPO COLISÃO TRASEIRA SEGUIDO DE INCÊNDIO NO V1 C/ DUAS VÍTIMAS FATAIS. COM BASE NO LEVANTAMENTO FEITO E NOS VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL: MARCAS DO PONTO DE IMPACTO INICIAL E NA MURETA CENTRAL, DO PONTO ONDE OS VEÍCULOS FICARAM ATRELADOS, DO ARRASTO DO V1, DA POSIÇÃO E OS TIPOS DE DANOS NOS VEÍCULOS ENVOLVIDOS. O V1 GM/CELTA E O V2 ÔNIBUS M. BENZ/INDUSCAR R 400 SEGUIAM SENTIDO BH QUANDO NO FINAL DA CURVA, NA FAIXA DA ESQUERDA, O V2 COLIDIU VIOLENTAMENTE NA TRASEIRA DO V1 QUE RASPOU NA MURETA CENTRAL E ALGUNS METROS A FRENTE FOI ARRASTADO POR CERCA DE 178,6 METROS ATÉ PARAR TOTALMENTE E INCENDIAR-SE. A DINÂMICA DO ACIDENTE ENCONTRA-SE REPRESENTADA NO CROQUI. DEVIDO AS CARACTERÍSTICAS DO LOCAL, DOS VESTÍGIOS E DA SINALIZAÇÃO COM PLACA R-19 NA VIA, O FATOR PRINCIPAL QUE TERIA CONTRIBUÍDO PARA O ACIDENTE FOI A GRANDE DIFERENÇA DE VELOCIDADE ENTRE OS DOIS VEÍCULOS ENVOLVIDOS. DO PONTO DA COLISÃO INICIAL ATÉ O PONTO ONDE OS VEÍCULOS PASSARAM A SE DESLOCAR JUNTOS A DISTÂNCIA É DE 17,50 METROS. O V2 TEVE QUE DAR MARCHA A RÉ POR APROXIMADAMENTE 33 METROS, SAINDO DA SUA POSIÇÃO DE PARADA FINAL, DEVIDO AO RISCO DE INCENDIAR-SE CONFORME COMPROVA A SUA LATERAL ESQUERDA BASTANTE CHAMUSCADA. OBSERVAÇÕES: O CONJUNTO DE



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

2

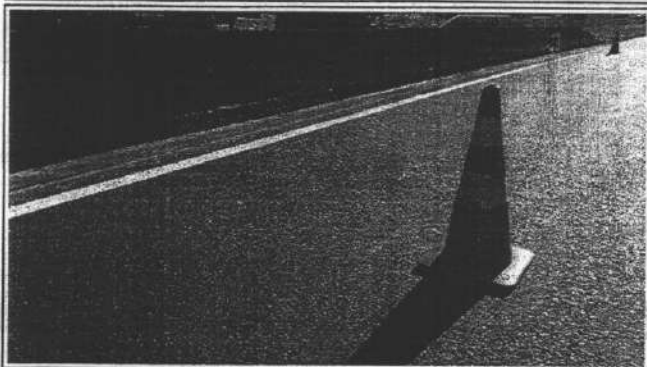
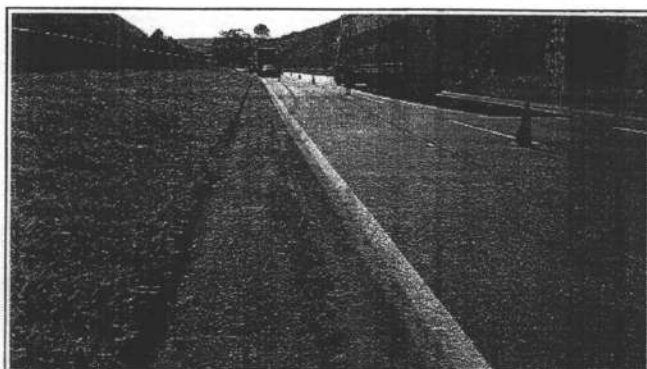
V1

DANOS COLATERAIS - NÃO HOUVE

APOIO EXTERNO

Tipo de Órgão	Solicitação	Comparecimento
Polícia Civil	09/07/2019 08:05	09/07/2019 09:00

IMAGENS COMPLEMENTARES



V1 - VEÍCULO 1 - MFG2362 - AUTOMÓVEL

V1 - Informações

Placa: MFG2362 Marca/modelo: GM/CELTA 2P SUPER Renavam: 00851282288
Ano fabricação: 2004 Chassi: 9BGRY08J05G169630 Tipo de veículo: Automóvel
Espécie: Passageiro Categoria: Particular Cor: Branca
Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento
Informações complementares: MARCA DE ARRASTO DE PNEUMÁTICO COM 178,6 METROS DE
COMPRIMENTO, TENDO 16 CM DE LARGURA INDICANDO SE TRATAR DO
PNEUMÁTICO DO GM/CELTA.

V1 - Encaminhamento



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



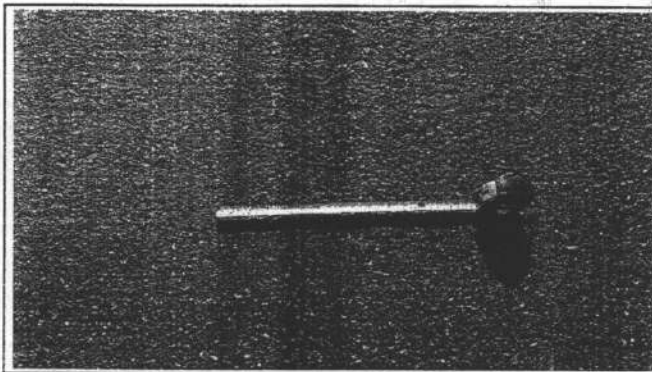
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

Motivo: Ausência de responsável

Tipo de Receptor: Depósito credenciado

Informações complementares: SUCATA DO VEÍCULO ENCAMINHADA AO PÁTIO RCA DE TRÊS CORAÇÕES
CONFORME DRV-0410.190709.1200-730.VEÍCULO C/ COMUNICAÇÃO DE
VENDA ATIVA NO DENATRAN.

V1 - IMAGENS COMPLEMENTARES



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1 - Proprietário

Nome: JONATHAN FILASTRO

CPF/CNPJ: 075.332.059-28

Email:

Telefone:

Endereço: RUA JOÃO JACINTO VIEIRA, 7, CASA, CIDADE NOVA, ITAJAI-SC

V1C - CONDUTOR DE V1 - Não Identificado

V1C - Informações

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo: Ignorado

Estado físico: Morto

Usava cinto de segurança: Ignorado

V1C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria:

Primeira habilitação:

Nº Registro:

UF:

Vencimento da habilitação:

Motorista profissional: Não

Observações CNH:

V1C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V1C - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V1C - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: IML ou DML

Informações complementares: CORPO CARBONIZADO E NÃO IDENTIFICADO FOI REMOVIDO PELA FUNERÁRIA PLASMAP, (35)3251-3613, DE CAMBUQUIRA PARA O IML DE TRÊS CORAÇÕES, PELO SR. PAULO SÉRGIO SALES, CPF 870.102.086-20. EM 12/07/19 O CORPO FOI REMOVIDO PARA O IML DE BELO HORIZONTE PARA EXAMES DE DNA POR MEIO DA REQUISIÇÃO FAEP Nº 034045657, CONFORME INFORMAÇÃO DA SRA. ANA REGINA AUXILIAR ADMINISTRATIVA DO IML DE TRÊS CORAÇÕES (35)3235-1195.



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10º da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.fgov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

APÓS A FISCALIZAÇÃO O ÔNIBUS FOI REMOVIDO CONFORME TERMO DE
REMOÇÃO Nº 108 DO PÁTIO CREDENCIADO EM S. LOURENÇO E AUTO DE
INFRAÇÃO ANTT Nº 7992019.

V2 - Cronotacógrafo

Obrigatório para este tipo de veículo: Sim

Presente: Sim

Equipamento atende à legislação: Não

Diagrama foi recolhido: Sim

Tempos de parada/descanso atendem à legislação: Não



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2 - Imagens Obrigatórias

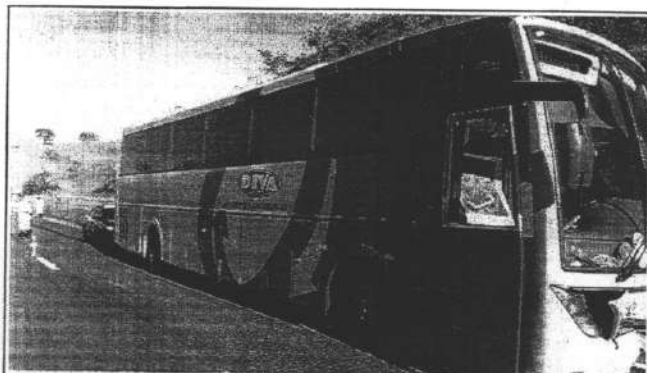


IMAGEM DA LATERAL DIREITA

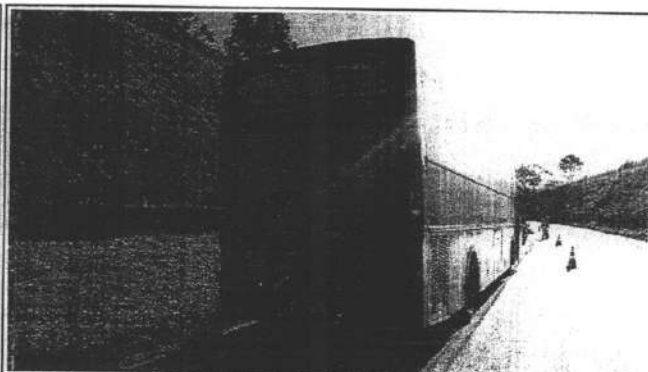


IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.pr.fgov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191

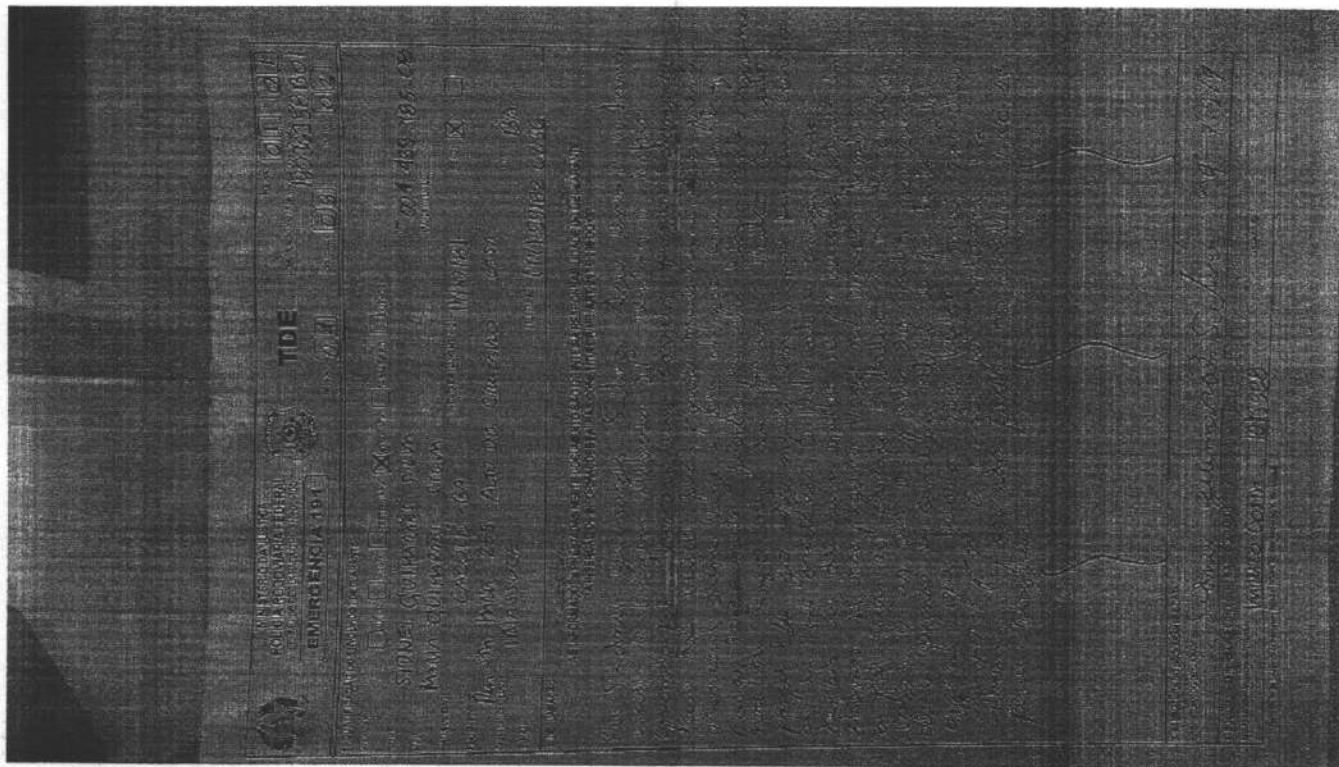


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2C - Termo de Declaração de Envolvido



V2P1 - PASSAGEIRO 1 DO V2 - MIGUEL SOUZA DIAS

V2P1 - Informações

Nome: MIGUEL SOUZA DIAS
CPF: 461.897.768-09
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 30/01/2010
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P1 - Dados do Contato

Endereço: GUIDO SEGALHO, 1071, JD EULINA, CAMPINAS-SP
Telefone: Email:

V2P2 - PASSAGEIRO 2 DO V2 - WELLISON GABRIEL SOUZA DIAS

V2P2 - Informações

Nome: WELLISON GABRIEL SOUZA DIAS
CPF: 461.897.638-12
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 01/12/1998
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P6 - PASSAGEIRO 6 DO V2 - DALVA OLIVEIRA DOS SANTOS

V2P6 - Informações

Nome: DALVA OLIVEIRA DOS SANTOS
CPF: 298.268.368-77
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 23/10/1978
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P6 - Dados do Contato

Endereço: R MAL PIMENTEL, 00631, CS08, SACOMA, SAO PAULO-SP
Telefone: Email:

V2P7 - PASSAGEIRO 7 DO V2 - KAROLYNE MIRANDA BRITO

V2P7 - Informações

Nome: KAROLYNE MIRANDA BRITO
CPF: 078.766.765-02
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 04/11/2000
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P7 - Dados do Contato

Endereço: PADRE GABRIEL, CASA, SENHOR DO BOMFIM, CACULE-BA
Telefone: Email:

V2P8 - PASSAGEIRO 8 DO V2 - ZELMA MARIA DOS SANTOS

V2P8 - Informações

Nome: ZELMA MARIA DOS SANTOS
CPF: 273.324.728-05
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 13/05/1974
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P8 - Dados do Contato

Endereço: LIBERO CARNICELI, 551, CASA 6, JD YPE, OSASCO-SP
Telefone: Email:

V2P9 - PASSAGEIRO 9 DO V2 - SARA ALVES DE SOUSA

V2P9 - Informações

Nome: SARA ALVES DE SOUSA
Nº de Identificação/órgão expedidor: 398937552/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 29/01/1996
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P13 - PASSAGEIRO 13 DO V2 - IVANI OLIVEIRA SANTOS

V2P13 - Informações

Nome: IVANI OLIVEIRA SANTOS
Nº de Identificação/órgão expedidor: 378992971/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 23/02/1984
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P13 - Dados do Contato

Endereço:
Telefone: Email:

V2P14 - PASSAGEIRO 14 DO V2 - EDVALDO GONCALVES DOS SANTOS

V2P14 - Informações

Nome: EDVALDO GONCALVES DOS SANTOS
CPF: 448.343.225-72
Estado físico: Ileso
Informações complementares: PROPRIETÁRIO DO ÔNIBUS.

Data de Nascimento: 13/01/1966
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P14 - Dados do Contato

Endereço: R CAPELINHA, 00044, CS04, C PRQ BRASILIA, GUARULHOS-SP
Telefone: Email:

V2P15 - PASSAGEIRO 15 DO V2 - MATHEUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

V2P15 - Informações

Nome: MATHEUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Nº de Identificação/órgão expedidor: 394752788/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 30/10/2003
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P15 - Dados do Contato

Endereço:
Telefone: Email:

V2P16 - PASSAGEIRO 16 DO V2 - VALDICLEI DANTAS CARDOSO

V2P16 - Informações

Nome: VALDICLEI DANTAS CARDOSO
Nº de Identificação/órgão expedidor: 39040830X/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 30/11/1986
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

ADILSON SANTOS

CPF

Nada consta.

MATRÍCULA:

1104940155 2013 4 00095 275 0032095 01

SEXO

masculino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

solteira, com 41 anos de idade

NATURALIDADE

Aracaju - SE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG: 1010667 SSP/SE - SE

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

MARIA JOSÉ CAMPOS DOS SANTOS, avenida Guanabara, nº 185, Siqueira Campos Aracaju - SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

nove de maio de dois mil e treze às 12:00 horas

DIA MÊS ANO

09/05/2013

LOCAL DE FALECIMENTO

em outros, na Praia de Atalaia em Aracaju - SE

CAUSA DA MORTE

Asfixia mecânica, afogamento

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO

Cemitério São João Batista em Aracaju - SE

DECLARANTE

IVAN SANTOS PEREIRA

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

JOSÉ RICARDO FARIAS MONTEIRO DA COSTA CRM: 1245

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES À ACRESCEER

Declarou que não deixou bens a inventariar. Deixou filhos: Válida somente com o selo de autenticidade. Emolumentos R\$ 46,65, FERD R\$ 9,33, Selo R\$ 0,00, Total R\$ 55,98 - Guia n.º 256190016941.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	RG: 1010667 SSP/SE - SE	---	SSP - Secretaria de Segurança Pública	---
PIS/NIS	---	---	---	---
Passaporte	---	---	---	---
Cartão Nacional de Saúde	---	---	---	---

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	---	---	---	---

CEP Residencial	---	Grupo Sanguíneo	---
-----------------	-----	-----------------	-----

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Cartório do 8º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais
Oficial: Daniel Pierete
Rua Lagarto, n.º 1332 Centro
Aracaju-SE. (79)3214-3397
CNS: 11.049-4

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Aracaju-SE, 25 de setembro de 2019.

Daniel Pierete
Assinatura do Oficial/Substituto

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Sergipe

8º Ofício da Comarca de Aracaju

25/09/2019 08:07

<https://www.tjse.jus.br/x/6EXFP4>



2019/09/27 18:36:3





Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

MORTE

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Juliana Pais dos Santos
 DATA DO ACIDENTE 09/07/2019 CPF DA VÍTIMA 042.355.935-30
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO Elisana Pais dos Santos
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☐ REPRESENTANTE LEGAL ☒ BENEFICIÁRIO, CUJO PARENTESCO COM A VÍTIMA É Mãe
 ENDEREÇO DO PORTADOR Rua Francisco de Mendonça
 Nº 518 COMPLEMENTO Quanto Bonfim BAIRRO Quanto Bonfim
 CIDADE Aracaju UF SE CEP 49.652-000
 E-MAIL TELEFONE (71) 98829-4024

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
 - MORTE = R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00
 - DESPESAS MÉDICAS (DIAM) = ATÉ R\$ 3.700,00 (REEMBOLSO)
- O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS AO LADO, NESTE FORMULÁRIO
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1304

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ CERTIDÃO DE ÓBITO DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO BENEFICIÁRIO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CPF DO BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ LAUDO CADAVÉRICO (IML) OU CERTIDÃO DO AUTO DE NECRÓPSIA, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DE CADA BENEFICIÁRIO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO (ORIGINAL) PARA CADA BENEFICIÁRIO, COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

DOCUMENTOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAI, MÃE OU OUTRA PESSOA QUE REPRESENTA O BENEFICIÁRIO MENOR, DE 0 A 15 ANOS)

- ☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CPF (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

DOCUMENTOS DO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

- ☒ CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 28/12/2006: DECLARAÇÃO (ORIGINAL), INFORMANDO ESTAR O CÔNJUGUE CASADO COM A VÍTIMA ATÉ A DATA DE FALLECIMENTO, BEM COMO SE A VÍTIMA DEIXOU OU NÃO DEIXOU FILHOS

DOCUMENTOS DA COMPANHEIRA (A)

- ☒ PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL, CONTENDO A SEPARAÇÃO, SE FOR O CASO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ PARA ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 28/12/2006: DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO COMPANHEIRO(A) E CÔNJUGUE

- ☒ PROVA DE COMPANHEIRISMO JUNTO AO INSS OU DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES JUNTO À RECEITA FEDERAL OU PROVA DE DEPENDÊNCIA ATRAVÉS DA CARTEIRA DE TRABALHO OU NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR UM DESSES DOCUMENTOS, O ALVARÁ JUDICIAL OU DECISÃO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A UNIÃO ESTÁVEL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ CERTIDÃO DE CASAMENTO COM DATA ATUAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☒ DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO DE FATO (ORIGINAL) FIRMADA PELO CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)
- ☒ TERMO DE CONCILIAÇÃO (ORIGINAL) ASSINADO PELO(A) COMPANHEIRO(A) E O CÔNJUGUE (MARIDO OU MULHER)

DOCUMENTOS DO(A) FILHO(A) OU NETO(A) DA VÍTIMA

- ☒ DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO PAI, MÃE OU AVÔ(O) DA VÍTIMA

- ☒ DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS, INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA

DOCUMENTOS DO IRMÃO, IRMÃ, TIO(A) OU SOBRINHO(A) DA VÍTIMA

- ☒ DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS (ORIGINAL) COM DUAS TESTEMUNHAS INFORMANDO O ESTADO CIVIL DA VÍTIMA
- ☒ CERTIDÃO DE ÓBITO DOS PAIS DA VÍTIMA (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☒ CERTIDÃO DE ÓBITO DOS FILHOS, SE FOR O CASO (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 09/01/2020
 IDENTIDADE 1.305 139-55012
 ASSINATURA [Assinatura]

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA 09/01/2020 MATR. CORREIOS 52010
 NOME EDUARDO DE ARAÚJO
 ASSINATURA [Assinatura]

Posição em 21-06-2020 16:43:21

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/05/2020	R\$ 6.750,00	R\$ 0,00	R\$ 6.750,00



AUTOATENDIMENTO - AG SIQUEIRA CAMPOS

DATA: 23/06/2020

HORA: 09:33:44

TERMINAL: 10451359

CONTROLE: 104513590110

AGENCIA: 1045 - SIQUEIRA CAMPOS

CONTA: 013.00088644-0

CLIENTE: ELIANA PAES DOS SANTOS

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERENCIA
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

		SALDO ANTERIOR	0,48C
--	--	----------------	-------

Maio

16/05	000000	REM BASICA	0,00C
27/05	000001	CRED TED	6.750,00C
29/05	000000	SAQ CARTAO	3.700,00C

RESUMO EM 31/05

SALDO	3.050,48C
-------	-----------



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

30/06/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(íza) de Direito deste distrito.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000065}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

05/07/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Diante das determinações contidas nas últimas portarias do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, especialmente da de nº 29/2020, a qual dispõe sobre as audiências pré-processuais nos processos judiciais por videoconferência em caráter facultativo, excepcional e provisório, por medida de prevenção ao risco de contágio pelo coronavírus (COVID-19), intinem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem-se quanto ao interesse/viabilidade na realização da audiência de conciliação através de videoconferência, indicando, em caso positivo seus telefones e e-mails, bem como dos patronos respectivos, para estudo sobre a possibilidade de agendamento. Deverá ainda, a parte autora, indicar o telefone e endereço eletrônico do Demandado ou justificar a impossibilidade de fazê-lo. Ressalte-se que apenas é possível a realização/participação da referida audiência caso as partes e patronos tenham condições técnicas e familiaridade com o uso de ferramentas digitais e que aquelas serão realizadas pela plataforma CISCO WEBEX MEETINGS recomendada pelo CNJ. O programa é acessível através do PC ou plataforma mobile (android ou ios) e as partes poderão acessar o seu manual através do site do Tribunal de Justiça através do link PUBLICAÇÕES - MANUAIS - USUÁRIO EXTERNO VIDEOCONFERÊNCIA. Saliento que eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelo juízo através do e-mail da comarca: riachuelo@tjse.jus.br. Advirto, por fim, que, em caso de impossibilidade e/ou inércia da parte autora, será dado prosseguimento ao feito com a citação da parte requerida para contestar e designação de audiência de conciliação em momento futuro - mediante requerimento das partes ou de ofício se este Juízo entender necessário -, tudo com fulcro no Enunciado 21 da Turma Recursal do Estado de Sergipe. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Divina Pastora

Nº Processo 202081400173 - Número Único: 0000168-33.2020.8.25.0065

Autor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Diante das determinações contidas nas últimas portarias do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, **especialmente da de nº 29/2020, a qual dispõe sobre as audiências pré-processuais nos processos judiciais por videoconferência em caráter facultativo, excepcional e provisório**, por medida de prevenção ao risco de contágio pelo coronavírus (COVID-19), intem-se as partes para que, **no prazo de 05 (cinco) dias**, manifestem-se quanto ao interesse/viabilidade na realização da audiência de conciliação através de videoconferência, indicando, em caso positivo seus telefones e e-mails, bem como dos patronos respectivos, para estudo sobre a possibilidade de agendamento.

Deverá ainda, a parte autora, indicar o telefone e endereço eletrônico do Demandado ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.

Ressalte-se que apenas é possível a realização/participação da referida audiência caso as partes e patronos tenham condições técnicas e familiaridade com o uso de ferramentas digitais e que aquelas serão realizadas pela plataforma CISCO WEBEX MEETINGS recomendada pelo CNJ. O programa é acessível através do PC ou plataforma mobile (android ou ios) e as partes poderão acessar o seu manual através do site do Tribunal de Justiça através do link PUBLICAÇÕES - MANUAIS - USUÁRIO EXTERNO – VIDEOCONFERÊNCIA. Saliento que eventuais dúvidas poderão ser sanadas pelo juízo através do e-mail da comarca: riachuelo@tjse.jus.br.

Advirto, por fim, que, em caso de impossibilidade e/ou inércia da parte autora, será dado prosseguimento ao feito com a citação da parte requerida para contestar e designação de audiência de conciliação em momento futuro -mediante requerimento das partes ou de ofício se este Juízo entender necessário -, tudo com fulcro no Enunciado 21 da Turma Recursal do Estado de Sergipe.^[i]

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e volvam conclusos.

[i]ENUNCIADO 21. Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.

L



Documento assinado eletronicamente por **ANA LÍGIA DE FREITAS SOARES ALEXANDRINO, Juiz(a) de Divina Pastora**, em 05/07/2020, às 22:46:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001208538-83**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

06/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: RUY BRITTO PENALVA FILHO - 6144}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO – DISTRITO DE DIVINA PASTORA-, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº: 202081400173

Requerente: ELIANA PAES DOS SANTOS

Requerido: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

ELIANA PAES DOS SANTOS, parte já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, através de seu advogado constituído com endereço profissional na Av. Beira Mar, nº. 1422-A, Farolândia, CEP 49032-000, Aracaju/SE, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho retro, informar que não possui interesse na realização de audiência por vídeo conferência, tendo em vista que a parte autora não possui condições técnicas e familiaridade com o uso de ferramentas digitais.

No entanto, tendo em vista a impossibilidade da realização de audiências presenciais de conciliação em razão dos impedimentos sanitários decorrentes da pandemia do coronavírus **e a necessidade de compatibilizar os princípios da busca da composição com os da razoável duração do processo e da efetividade da prestação jurisdicional** amparada pelos princípios da simplicidade e informalidade, bem assim pela inteligência dos art. 5º e 6º da Lei 9.099/95 e autorização emanada do Enunciado 21 da Turma Recursal, e decisão da Corregedoria de Justiça de Sergipe no SEI,

processo no. 0006122-67.2020.825.8825 e, considerando que a Lei 13.994/2020, publicada no DOU em 27/04/2020, instituiu o uso de videoconferência em conciliações conduzidas pelos Juizados Especiais Cíveis, **requerer que seja dispensada a audiência presencial de conciliação e, consequentemente, a citação do requerido para responder à pretensão formulada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da intimação ou da ciência do ato respectivo, conforme Enunciado 13 do Fonaje, oportunidade em que deverá produzir a prova documental de seu interesse, manifestar interesse em produzir prova em audiência e dizer do interesse em conciliar, formulando por escrito eventual proposta de acordo**

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 06 de julho de 2020.

RUY BRITTO PENALVA FILHO

OAB/SE 6.144



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

06/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a parte Requerente apresentou manifestação em cumprimento ao comando retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

06/07/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(íza) de Direito deste distrito. </br>{Via Movimentação em Lote nº 202000071}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

08/07/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Diante da impossibilidade da audiência mediante videoconferência, conforme petição de p. 45-46, cite-se, pessoalmente, a parte requerida para contestar no prazo de 15 (quinze) dias. Ressalte-se que a designação de audiência de conciliação poderá ocorrer em momento futuro - mediante requerimento das partes ou de ofício se este Juízo entender necessário -, tudo com fulcro no Enunciado 21 da Turma Recursal do Estado de Sergipe.[i]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Divina Pastora

Nº Processo 202081400173 - Número Único: 0000168-33.2020.8.25.0065

Autor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Diante da impossibilidade da audiência mediante videoconferência, conforme petição de p. 45-46, cite-se, pessoalmente, a parte requerida para contestar no prazo de 15 (quinze) dias.

Ressalte-se que a designação de audiência de conciliação poderá ocorrer em momento futuro - mediante requerimento das partes ou de ofício se este Juízo entender necessário -, tudo com fulcro no Enunciado 21 da Turma Recursal do Estado de Sergipe. [i]

L



Documento assinado eletronicamente por **ANA LÍGIA DE FREITAS SOARES ALEXANDRINO**, Juiz(a) de Divina Pastora, em 08/07/2020, às 17:10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001231772-53**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

10/07/2020

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.</br>Citação Eletrônica do DPVAT - Despacho retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

15/07/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 15/07/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 10/07/2020, às 10:02:17.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

30/07/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20200730104201230 às 10:42 em 30/07/2020.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE DIVINA PASTORA/SE

Processo n.º 00001683320208250065

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIANA PAES DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

C O N T E S T A Ç Ã O

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

Alega a parte autora em sua peça vestibular que seu ente querido, **LILIANE PAES DOS ANTOS**, foi vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **09/07/2019**.

Admite o recebimento, em sede administrativa, da quantia de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)**.

Desta maneira, a parte Autora entendendo encontrar-se de posse de todos os documentos necessários à percepção da verba indenizatória a título de Seguro DPVAT, propôs a presente demanda, todavia, deixa de comprovar cabalmente sua qualidade de beneficiária, conforme exigência legal.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO MÉRITO

DA FALTA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(LAUDO CADAVERÍCO)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

Indubitável que a cópia do Laudo de Exame Cadavérico da vítima não foi apresentada pela parte Autora, sendo certo que não ficou comprovado através da certidão de óbito e demais documentos trazidos pelo Autor que a morte da vítima decorreu do acidente automobilístico.

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina a *causa mortis* da vítima como sendo oriunda de acidente automobilístico noticiado, valendo ressaltar que a certidão indica apenas morte por carbonização.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

Por todo o explanado, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 487, I da Lei Processual Civil.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	27/05/2020
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	6.750,00
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ELIANA PAES DOS SANTOS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 01045

CONTA: 000000088644-0

Nr. da Autenticação 29F551DEF7E58978

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de **R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta centavos)**, o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DA PLENA VIGENCIA DA LEI 11.482/07

ALTERAÇÃO DO ART. 4º DA LEI 6.194/74

Cumprе salientar que na data de 31 de Maio de 2007, entrou em vigor a Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74 e a Lei 8.441/92. Em seu art. 8º, encontra-se especificado os novos valores a serem adotados, no que tange à indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT¹.

Destaque-se ainda, que a Lei 11.482/07 modifica a forma de pagamento a ser realizado aos beneficiários legais e o mesmo art. 8º da referida Lei, alterou o art. 4º da Lei 6.194/74, no sentido de que a indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 do Código Civil ².

Desta forma, resta indiscutivelmente comprovado que a verba indenitória deve ser rateada entre todos os beneficiários da vítima.

Neste sentido, cumpre ressaltar, que a certidão de óbito é omissa quanto a existência de filhos, fato que deve ficar devidamente comprovado.

¹**Art. 8º Os arts. 3º, 4º 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações: "art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte; II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (...)."**

²**Art. 792.** Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

Reiterando que o valor indenizável para a cobertura de evento morte é de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, verifica-se que o valor deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima.

Portanto, para que a autora possa receber o valor referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, deve comprovar a **qualidade de única beneficiária, devendo restar claro que a vítima não deixou outros herdeiros.**

Caso assim não entenda, deve ser observado que já houve pagamento em sede administrativa, de maneira que que deverá ser abatido o valor pago e, eventual condenação somente poderá contemplar a diferença para o teto indenizatório.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios³, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

³“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer a Ré a improcedência da ação, **tendo amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda**, nos exatos termos do artigo 487, inciso I, do CPC.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda.

Protesta, ainda, por todo o gênero de **provas** admitido em direito, especialmente documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da parte autora para que esclareça:

- Queira o autor esclarecer se é o único beneficiário da vítima ou tem conhecimento da existência de outros herdeiros;
- Queira o autor esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial;
- Se tem ciência de algum pagamento administrativo referente ao sinistro em tela;

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito sob o nº 2595/SE, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

PACATUBA, 28 de julho de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ELIANA PAES DOS SANTOS**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **DIVINA PASTORA**, nos autos do Processo nº 00001683320208250065.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

ENTRE (DA SEDE DO BA-FINAC) CHAMADO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Figure 4

Sociedade anônima

Positive Environmental

Normal

10. An Introduction

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Other Arguments:

0000131501-18/12/2017

DOI: 10.1002/9781118471996.ch11

SEGURO LÍDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Balance(s): 102595034

Week: ECC32023-D73D-4232-8033-7CC99416A904

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DRF	21,00	21,00



REQUERIMIENTO



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NÚM: 133.0029479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CF0K4956AFADCE5ECF8FFD5CF68740F233K496AFDABDE1FDB

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

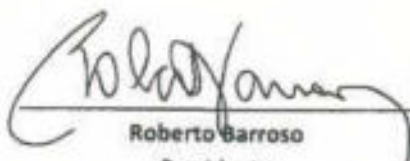
CR *Luci*

7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-Df, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00053149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFEE4836AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149039 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6376386FA88220CFDE4B56AFAD5ECF8FFDDCF88740F233E496AFDA30X1FBS

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/15



³ 1º Estágio-es de determinação de mapas de segurança (mapas de risco).

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e Serviços

Art. 4^o Fica estabelecido, no art. 4^o da Portaria indicada a:
16/2014, as seguintes palavras:

EQUATIONS ADJUSTED BY SEX

Documento unificado digitalizado conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui o Sistema Integrado de Gestão de Documentos Eletrônicos - SIGED.

12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4996507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

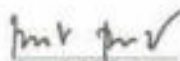
Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 1 de 10


Bernardo R. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC86883B2947C81B477D798CBA11812475AE8208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11B12475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10

Bernardo A.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Benavente
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7845C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

M/4



4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo K. L. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF8A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/4

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4996512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC88883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4896513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Barwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

12/3



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

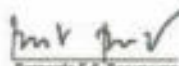
Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9AD0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Benedito F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

19/1/1



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

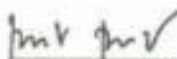
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Fernando F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163578185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE92082968235403C7645C696
Arquivamento: 00002958603 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º  Ofício de Notas DA CAPITAL	Tableteiro: Carlos Alberto Figueira Oliveira Rua do Carmo, 47 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-0001	ADB28690 088674
Reconheço por ALTEMENTO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e		
JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (00000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho da verdade.		
Conf. por: Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		
Total		
CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar Escrivente 1 3.90 1 12786-40062 série 05077 ME Aut. 20.5.3º Lei 8.986/94		

Consulte em <https://www3.tirri.jus.br/sitepublico>

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: **AIG SEGUROS BRASIL S/A**; **ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A**; **ALFA SEGURADORA S/A**; **ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A**; **AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS**; **ANGELUS SEGUROS S/A**; **ARGO SEGUROS BRASIL S/A**; **ARUANA SEGUROS S.A.**; **ASSURANT SEGURADORA S.A**; **ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS**; **AUSTRAL SEGURADORA S/A**; **AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A**; **AXA SEGUROS S/A**; **AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**; **BANESTES SEGUROS S/A**; **BMG SEGUROS S/A**; **BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**; **BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS**; **BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CAIXA SEGURADORA S/A**; **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A**; **CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A**; **CHUBB SEGUROS BRASIL S/A**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA**; **CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**; **CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL**; **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**; **COMPREV SEGURADORA S/A**; **COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **ESSOR SEGUROS S/A**; **FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A**; **FATOR SEGURADORA S/A**; **GAZIN SEGUROS S.A.**; **GENERALI BRASIL SEGUROS S/A**; **GENTE SEGURADORA S/A**; **ICATU SEGUROS S/A**; **INVESTPREV SEGURADORA S/A**; **INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A**; **J. MALUCELLI SEGURADORA S/A**; **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**; **MAPFRE VIDA S/A**; **MBM SEGURADORA S/A**; **MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **MITSUMI SUMITOMO SEGUROS S/A**; **MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **OMINT SEGUROS S/A**; **PAN SEGUROS S/A**; **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**; **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **POTENCIAL SEGURADORA S/A**; **PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A**; **PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; **SABEMI SEGURADORA S/A**; **SAFRA SEGUROS GERAIS S/A**; **SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**; **SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A**; **SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS**; **SOMPO SEGUROS S/A**; **STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.**; **SUHA SEGUROS S/A**; **SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A**; **TOKIO MARINE SEGURADORA S/A**; **TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A**; **UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA**; **USEBENS SEGUROS S/A**; **VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS**; **XL SEGUROS BRASIL S/A**; **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato nº 107.

anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2018.



MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS

OAB/RJ 135.132



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROTOCOLO: Nº 19036358B01



Maiores dúvidas acesse: www.prf.gov.br/portal



Para cópia do seu Boletim acesse o site: www.prf.gov.br/novobat /consultar Informe o número do protocolo e o CPF/CNPJ de um dos envolvidos no acidente; e Clique em imprimir.



Atenção: As vítimas de acidente têm direito ao recebimento do Seguro DPVAT. Para maiores informações, acesse: www.dpvatseguro.com.br Em casos de avaliação de danos com MÉDIA ou GRANDE MONTA, verificar os trâmites da Resolução 544 do CONTRAN. Procure o órgão estadual de trânsito (DETRAN) do seu Estado, antes de fazer reparos no veículo.

VÁLIDO COM O SELO
ELETRÔNICO

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
Sergipe

Ofício Único do Distrito de
Divina Pastora

07/01/2020 10:10

<https://www.tjse.jus.br/x/74K3EZ>



202029612000025

CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE CÓPIA É
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL QUE ME FOI
EXIBIDO.

DIVINA PASTORA/SE, 07/01/2020.

FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA ALVES

ESCRIVENTE SUBSTITUTO.

202029612000025 07/01/2020 10:10.

CARTÃO OFÍCIO ÚNICO DIVINA PASTORA
Fábio Augusto Oliveira Alves
Escrivente Substituto



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 1054900AD50CA1F12B24B2025C84CF.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

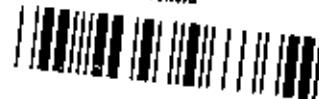


BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 09/07/2019 Hora: 07:00 Município: CAMPANHA/MG
BR: 381 KM: 765,8 Sentido: Decrescente
Policial responsável pelo atendimento: MARCELO COSTA, 1073998

Boletim de ocorrência



ASPECTOS DO LOCAL

Tipo de via: Principal
Tipo de pista: Dupla
Estrutura Viária: Curva, Declive
Acostamento: Sim
Condição meteorológica: Céu Claro

Tipo de pavimento: Asfalto
Condição da Pista: Seca
Localidade urbanizada: Não
Canteiro Central: Sim
Fase do dia: Pleno dia

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO DECRESCENTE



SENTIDO CRESCENTE

NARRATIVA

NO DIA 09/07/2019, POR VOLTA DAS 07:00 H, NO KM-765,8 DA BR-831, NA PISTA SENTIDO BH X SP, NO MUNICÍPIO DE CAMPANHA-MG, OCORREU UM ACIDENTE DE TRÂNSITO DO TIPO COLISÃO TRASEIRA SEGUIDO DE INCÊNDIO NO V1 C/ DUAS VÍTIMAS FATAIS. COM BASE NO LEVANTAMENTO FEITO E NOS VESTÍGIOS ENCONTRADOS NO LOCAL: MARCAS DO PONTO DE IMPACTO INICIAL E NA MURETA CENTRAL, DO PONTO ONDE OS VEÍCULOS FICARAM ATRELADOS, DO ARRASTO DO V1, DA POSIÇÃO E OS TIPOS DE DANOS NOS VEÍCULOS ENVOLVIDOS. O V1 GM/CELTA E O V2 ÔNIBUS M. BENZ/INDUSCAR R 400 SEGUIAM SENTIDO BH QUANDO NO FINAL DA CURVA, NA FAIXA DA ESQUERDA, O V2 COLIDIU VIOLENTAMENTE NA TRASEIRA DO V1 QUE RASPOU NA MURETA CENTRAL E ALGUNS METROS A FRENTE FOI ARRASTADO POR CERCA DE 178,6 METROS ATÉ PARAR TOTALMENTE E INCENDIAR-SE. A DINÂMICA DO ACIDENTE ENCONTRA-SE REPRESENTADA NO CROQUI. DEVIDO AS CARACTERÍSTICAS DO LOCAL, DOS VESTÍGIOS E DA SINALIZAÇÃO COM PLACA R-19 NA VIA, O FATOR PRINCIPAL QUE TERIA CONTRIBUÍDO PARA O ACIDENTE FOI A GRANDE DIFERENÇA DE VELOCIDADE ENTRE OS DOIS VEÍCULOS ENVOLVIDOS. DO PONTO DA COLISÃO INICIAL ATÉ O PONTO ONDE OS VEÍCULOS PASSARAM A SE DESLOCAR JUNTOS A DISTÂNCIA É DE 17,50 METROS. O V2 TEVE QUE DAR MARCHA A RÉ POR APROXIMADAMENTE 33 METROS, SAINDO DA SUA POSIÇÃO DE PARADA FINAL, DEVIDO AO RISCO DE INCENDIAR-SE CONFORME COMPROVA A SUA LATERAL ESQUERDA BASTANTE CHAMUSCADA. OBSERVAÇÕES: O CONJUNTO DE



Assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobol@autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 1054500A050CA1F12B2462025054CF.

191

CARTÃO OFICIAL LANCELO DIVINA PASTORA

TJSE: 202029612000025
www.tjse.jus.br/74K3E2



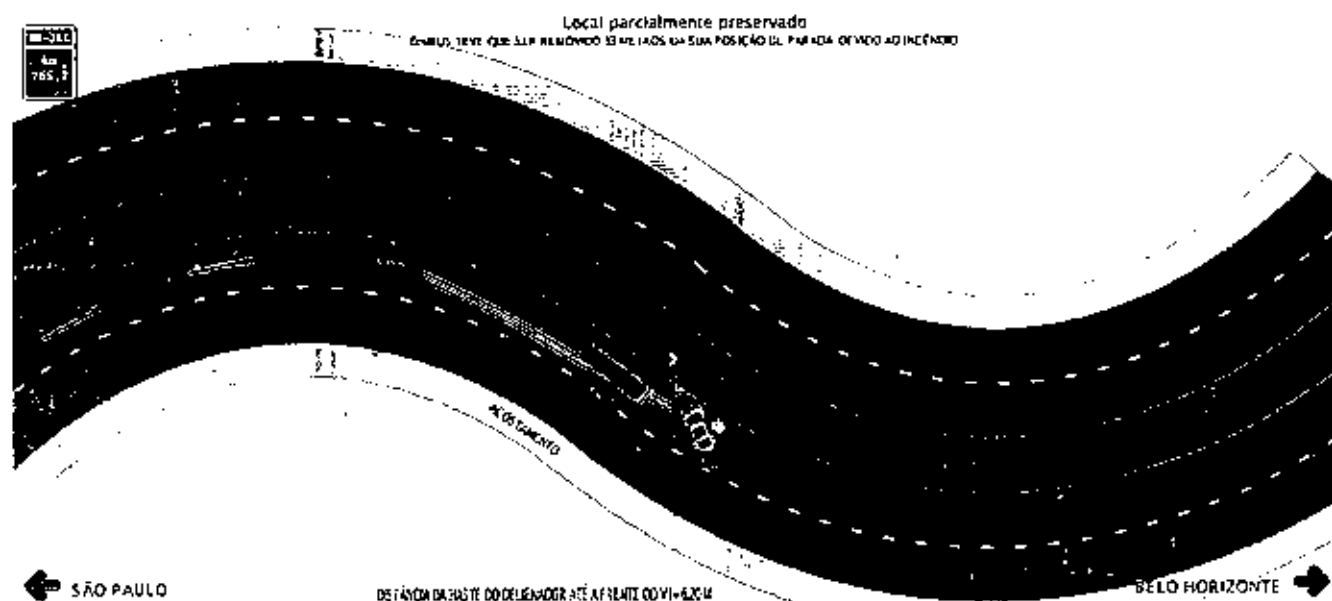
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

DISCOS DIAGRAMAS DE 7 (SETE) DIAS DO V2 NÃO APRESENTAVA NENHUM REGISTRO DE MARCAÇÃO DAS AGULHAS DE VELOCIDADE, DISTÂNCIA E TEMPO. A PISTA FICOU PARCIALMENTE INTERDITADA ATÉ A SUA LIBERAÇÃO TOTAL ÀS 11:15 H. COMPARECEU NO LOCAL O PERITO FABRÍCIO, MASP 1418629-0 DA POLÍCIA CIVIL DE TRÊS CORAÇÕES. OS CORPOS CARBONIZADOS E NÃO IDENTIFICADOS FORAM REMOVIDOS PELA FUNERÁRIA PLASMAP, DE CAMBUQUIRA PARA O IML DE TRÊS CORAÇÕES. TODOS OS OCUPANTES DO ÔNIBUS DISSERAM NÃO TER SOFRIDO FERIMENTOS. NO INTERIOR DO V1, DO LADO DO PASSAGEIRO, FOI LOCALIZADO UM RG PARCIALMENTE QUEIMADO EM NOME DE LILIAN PAES DOS SANTOS, NASCIDA EM 22/01/1998, CPF 072.385.935-30, POSSIVELMENTE OCUPANTE DO GM/CELTA.

CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



AMARRAÇÃO - COORDENADA CARTESIANA

Descrição do Ponto	X (m)	Y (m)
CENTRO DA RODA TRASEIRA ESQUERDA DO V1	6,70	6,40
CENTRO DA RODA DIANTEIRA ESQUERDA DO V1	4,95	4,90

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão traseira	V2, V1
2	Incêndio	V1

MARCAS NO PAVIMENTO

Evento	Veículo	Frenagem (m)	Derrapagem (m)	Arrastamento (m)
1	V1			178,60
2	V2			



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticação deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobus/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12824B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

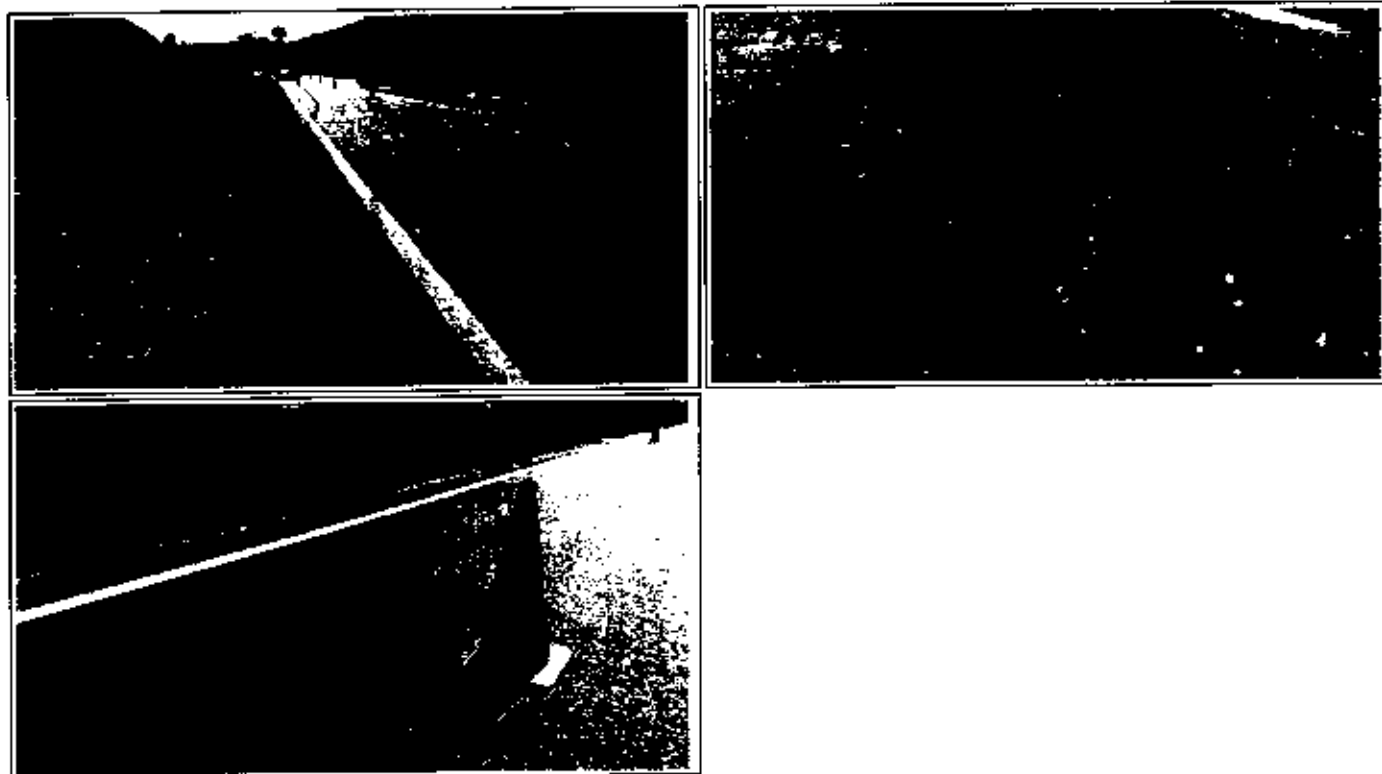
2 V1

DANOS COLATERAIS - NÃO HOUVE

APOIO EXTERNO

Tipo de Órgão	Solicitação	Comparcimento
Polícia Civil	09/07/2019 08:05	09/07/2019 09:00

IMAGENS COMPLEMENTARES



V1 - VEÍCULO 1 - MFG2362 - AUTOMÓVEL

V1 - Informações

Placa: MFG2362 Marca/modelo: GM/CELTA 2P SUPER Renavam: 00851282288
Ano fabricação: 2004 Chassi: 9BGRY08J05G169630 Tipo de veículo: Automóvel
Espécie: Passageiro Categoria: Particular Cor: Branca
Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento
Informações complementares: MARCA DE ARRASTO DE PNEUMÁTICO COM 178,6 METROS DE
COMPRIMENTO, TENDO 16 CM DE LARGURA INDICANDO SE TRATAR DO
PNEUMÁTICO DO GM/CELTA.

V1 - Encaminhamento

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO
DE POLÍCIA JUDICIAL
DE POLÍCIA SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1973998, Policial Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-7, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 2.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b) do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser confirmada no site <http://www.gpf.gov.br/novobrasil/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número do controle 10549D0AD50CA1F-28248D25D84CF.

191



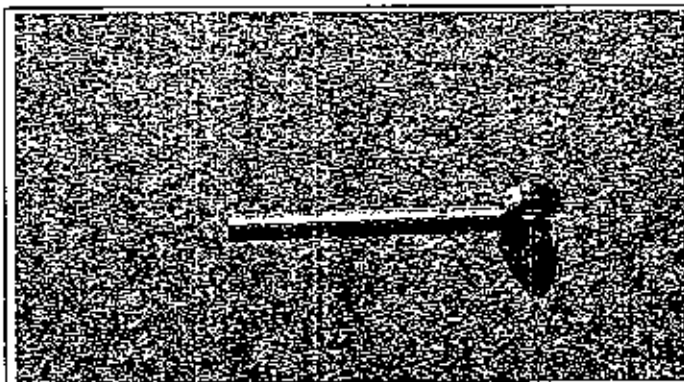
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

Motivo: Ausência de responsável

Tipo de Repetidor: Depósito credenciado

Informações complementares: SUCATA DO VEÍCULO ENCAMINHADA AO PÁTIO RCA DE TRÊS CORAÇÕES CONFORME DRV-0410.190709.1200-730.VEÍCULO C/ COMUNICAÇÃO DE VENDA ATIVA NO DENATRAN.

V1 - IMAGENS COMPLEMENTARES



(continued on next page)
 2. The following information is provided:
 a. The following information is provided:



Asignatura
Electrónica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matricula 1073998, Poder Judiciário Federal, em 24/07/2019, conforme Manifestação Oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.533, de 9 de outubro de 2015 e na alínea IV do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no site: <http://www.prf.gov.br/novotat/autenticar>, informando o protocolo 19036358801 e o número de controle 1054900450CA1F12B24B2625084CF.

☎ 191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / GM/CELTA 2P SUPER
Nome do Agente: MARCELO COSTA

Placa: MFG2362
Matrícula do Agente: 1073998

Nº BOAT: 19036358B01
Data: 09/07/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Painel corta-fogo		X		
2	Longarina dianteira esquerda		X		
3	Caixa de roda dianteira esquerda		X		
4	Estrutura da soleira esquerda		X		
5	Air Bags Frontais				
6	Air Bags Laterais			X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X		
8	Estrutura da coluna central esquerda		X		
9	Estrutura da coluna traseira esquerda		X		
10	Caixa de roda traseira esquerda		X		
11	Assoalho central esquerdo		X		
12	Longarina traseira esquerda		X		
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X		
14	Longarina traseira direita		X		
15	Caixa de roda traseira direita		X		
16	Estrutura da coluna traseira direita		X		
17	Estrutura da soleira direita		X		
18	Estrutura da coluna central direita		X		
19	Estrutura da coluna dianteira direita		X		
20	Assoalho central direito		X		
21	Caixa de roda dianteira direita		X		
22	Longarina dianteira direita		X		

Dano de Monta: Grande

CAPTAN DE POLÍCIA MARCELO COSTA
19036358B01
Substituto



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobate/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número do console 1054900AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA

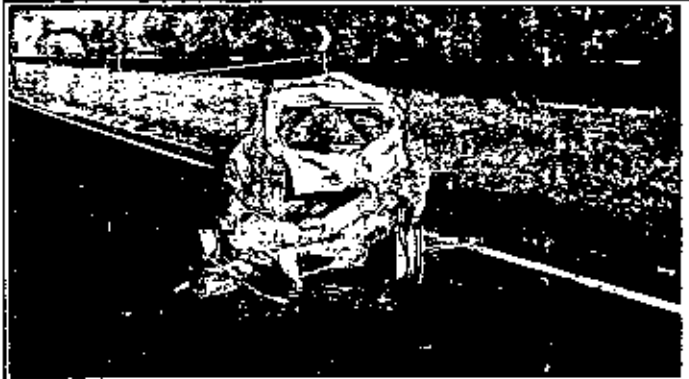


IMAGEM DA TRASEIRA

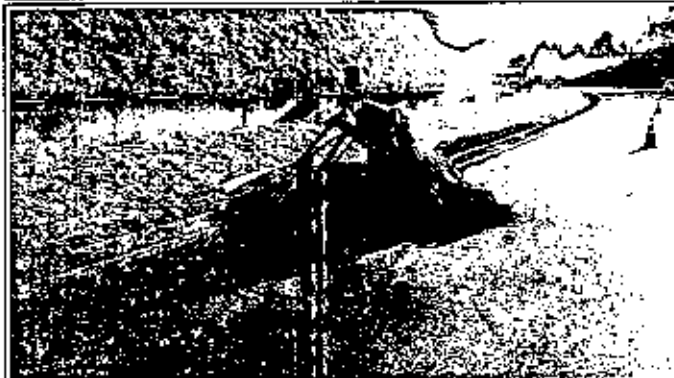


IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA

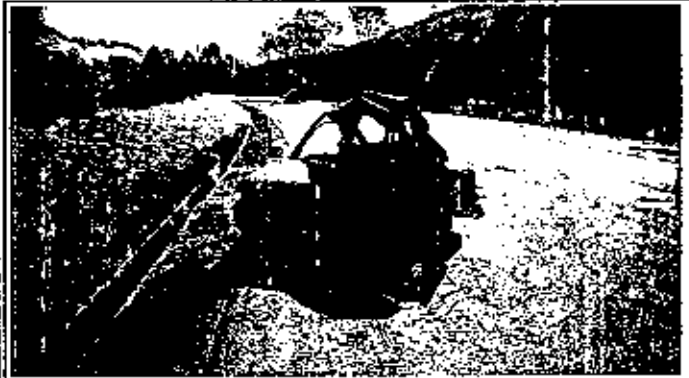


IMAGEM DA FRENTE

Relatório de Acidente de Trânsito
P. 86



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073968, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme Diário Oficial da União, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser confirmada no site <http://www.prf.gov.br/novobas/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B20250B4CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1 - Proprietário

Nome: JONATHAN FILASTRO

Email:

CPF/CNPJ: 075.332.059-28

Telefone:

Endereço: RUA JOÃO JACINTO VIEIRA, 7, CASA, CIDADE NOVA, ITAJAI-SC

V1C - CONDUTOR DE V1 - Não Identificado

V1C - Informações

Nome:

Data de Nascimento:

Sexo: Ignorado

Estado físico: Morto

Usava cinto de segurança: Ignorado

V1C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria:

Primeira habilitação:

Nº Registro:

UF:

Vencimento da habilitação:

Motorista profissional: Não

Observações CNH:

V1C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não

Visíveis sinais de embriaguez: Não

Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V1C - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V1C - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: IML ou DML

Informações complementares: CORPO CARBONIZADO E NÃO IDENTIFICADO FOI REMOVIDO PELA FUNERÁRIA PLASMAP, (35)3251-3613, DE CAMBUQUIRA PARA O IML DE TRÊS CORAÇÕES, PELO SR. PAULO SÉRGIO SALES, CPF 870.102.086-20. EM 12/07/19 O CORPO FOI REMOVIDO PARA O IML DE BELO HORIZONTE PARA EXAMES DE DNA POR MEIO DA REQUISIÇÃO FAEP Nº 034045657, CONFORME INFORMAÇÃO DA SRA. ANA REGINA AUXILIAR ADMINISTRATIVA DO IML DE TRÊS CORAÇÕES (35)3235-1195.

CAPTAN DE POLÍCIA JONATHAN FILASTRO
DELEGADO DE POLÍCIA JONATHAN FILASTRO
DELEGADO SUBSTITUTO



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V1P1 - PASSAGEIRO 1 DO V1 - Não Identificado

V1P1 - Informações

Nome:

Sexo: Ignorado

Usava cinto de segurança: Ignorado

Data de Nascimento:

Estado físico: Morto

Usava dispositivo para retenção de criança: Não

V1P1 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V1P1 - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: IML ou DML

Informações complementares: CORPO CARBONIZADO E NÃO IDENTIFICADO FOI REMOVIDO PELA FUNERÁRIA PLASMAP, (35)3251-3613, DE CAMBUQUIRA PARA O IML DE TRÊS CORAÇÕES, PELO SR. PAULO SÉRGIO SALES, CPF 870.102.086-20. EM 12/07/19 O CORPO FOI REMOVIDO PARA O IML DE BELO HORIZONTE PARA EXAMES DE DNA POR MEIO DA REQUISIÇÃO FAEP Nº 034045672, CONFORME INFORMAÇÃO DA SRA. ANA REGINA AUXILIAR ADMINISTRATIVA DO IML DE TRÊS CORAÇÕES (35)3235-1195.

V2 - VEÍCULO 2 - DJB5996 - ÔNIBUS

V2 - Informações

Placa: DJB5996 Marca/modelo: M.BENZ/INDUSCAR G1 R 400

Renavam: 00855359374

Ano fabricação: 2005 Chassi: 9BM6642315B419854

Tipo de veículo: Ônibus

Espécie: Passageiro Categoria: Aluguel

Cor: Amarela

Manobra no momento do acidente: Ultrapassando

Informações complementares: CONFORME INFORMAÇÃO DO CONDUTOR NO MOMENTO DO ACIDENTE O ÔNIBUS ESTAVA ULTRAPASSANDO UMA CARRETA. NÃO HOUVE PERDA OU DANO DE NENHUMA BAGAGEM DOS 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS QUE FICARAM RESPONSÁVEIS PELAS MESMAS. CONJUNTO DE DISCOS DIAGRAMAS DE 7 (SETE) DIAS SEM REGISTROS DAS AGULHAS DE VELOCIDADE, DISTÂNCIA E TEMPO.

V2 - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Outro

Informações complementares: DANOS NO VEÍCULO FORAM DE PEQUENA MONTA, NÃO COMPROMETENDO NENHUMA PARTE ESTRUTURAL. VEÍCULO ENCAMINHADO PARA FISCALIZAÇÃO DA ANTT CONFORME PDI Nº 1284279.



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 6 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/cvccol/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12824B2025084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

APÓS A FISCALIZAÇÃO O ÔNIBUS FOI REMOVIDO CONFORME TERMO DE
REMOÇÃO Nº 108 DO PÁTIO CREDENCIADO EM S. LOURENÇO E AUTO DE
INFRAÇÃO ANTT Nº 7992019.

V2 - Cronotacógrafo

Obrigatório para este tipo de veículo: Sim

Presente: Sim

Equipamento atende à legislação: Não

Diagrama foi recolhido: Sim

Tempos de parada/descanso atendem à legislação: Não

CARTÃO DE FISCALIZAÇÃO
em São Paulo, 29/07/2019, às 14h15min
Substituto



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073953, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º da art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no an. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/rodoviaria/autenticas>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2D25084CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V2 / M.BENZ/INDUSCAR GIR 400

Placa: DJB5996

Nº BOAT: 19036358B01

Nome do Agente: MARCELO COSTA

Matrícula do Agente: 1073998

Data: 09/07/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Dano em qualquer componente do Sistema de Suspensão.	M		X	
2	Avaria em qualquer um dos eixos	M		X	
3	Dano em qualquer componente do Sistema de freios.	M		X	
4	Chassi com deformação torcional menor ou igual à altura da longarina.	M		X	
5	Chassi com deformação vertical menor ou igual à altura da longarina	M		X	
6	Chassi com deformação lateral menor ou igual à distância interna entre as longarinas	M		X	
7	Chassi com deformação torcional maior que a altura da longarina.	G		X	
8	Chassi com deformação vertical maior que a altura da longarina.	G		X	
9	Chassi com deformação lateral maior que a distância interna entre as longarinas	G		X	
10	Chassi afetado termicamente na região onde está fixada a suspensão	M		X	
11	Avaria na estrutura das laterais ou do teto afetando o posto do condutor.	M		X	
12	Avaria na estrutura afetando a coluna "B" da carroçaria.	M		X	
13	Avaria na estrutura afetando qualquer ponto de fixação das poltronas/bancos.	M		X	
14	Avarias na estrutura das laterais ou do teto atingindo o compartimento interno dos passageiros podendo ultrapassar o plano que passa pela linha de referência do peitoril (parte inferior das janelas).	M		X	
15	Estrutura com deformação vertical, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroçaria com o chassi	M		X	
16	Estrutura com deformação lateral, podendo afetar o compartimento dos passageiros e os componentes de união da base da carroçaria com o chassi	M		X	
17	Região da carroçaria e/ou do chassi termicamente afetada com dimensão menor ou igual a 2/3 do comprimento do chassi.	M		X	
18	Região do chassi termicamente afetada com dimensão maior que a 2/3 do comprimento do chassi.	G		X	

Dano de Monta: Pequena



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2025084CF.

Selo TJSE: 202029612000025
www.tjse.jus.br/74K3E2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2 - Imagens Obrigatórias



IMAGEM DA LATERAL DIREITA



IMAGEM DA TRASEIRA



IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA



IMAGEM DA FRENTE



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matricula 7073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.203-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 67-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: <http://www.prf.gov.br/assinatura/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD6DCA7F12B24B2D25084CF.

191

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO
NOME: MARCELO COSTA
MATRÍCULA: 7073998
CARGO: POLICIAL RODVIÁRIO FEDERAL

Selo TJSE: 202029612000025
Código: www.tjse.jus.br/74KSE2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2 - Proprietário

Nome: EDVALDO GONCALVES DOS SANTOS
Email:
Endereço: SAO PAULO-SP

CPF/CNPJ: 448.343.225-72
Telefone: (77)98111-4142

V2C - CONDUTOR DE V2 - SIDNEI GUIMARAES SILVA

V2C - Informações

Nome: SIDNEI GUIMARAES SILVA
CPF: 004.499.785-08
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Sim

Data de Nascimento: 17/10/1981
Estado civil: Não Informado
Estado físico: Ileso

Informações complementares: FOI REALIZADO O TESTE DO ETILÔMETRO Nº 01908, NO APARELHO Nº 0111951, QUE NÃO ACUSOU O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA. TODOS OS PERTENCES PESSOAIS E O VEÍCULO FICARAM SOB A RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR. SENDO QUE O VEÍCULO FOI POSTERIORMENTE ENCAMINHADO PARA A ANTT.

V2C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria: AE
UF: BA
Observações CNH: 15

Primeira habilitação: 21/06/2007
Vencimento da habilitação: 22/01/2024

Nº Registro: 04126148250
Motorista profissional: Não

V2C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Sim
Visíveis sinais de embriaguez: Não
Resultado obtido: 0,00 mg/l

Condutor se recusou a realizar o teste: Não
Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V2C - Dados do Contato

Endereço: RUA SANTA MARIA, 255, CASA, ALTO DO CRUZEIRO, IBIASSUCE-BA
Telefone: (77)99182-6236

Email:

V2C - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Polícia Civil

Informações complementares: CONDUTOR ENCAMINHADO PARA DELEGACIA DE POLÍCIA DE TRÊS CORAÇÕES PARA SER OUVIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL CONFORME BOP Nº 1377226190709070000 DEVIDO A FALTA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS PREVISTO NO ARTIGO 145 INCISO IV DO CTB.

Cartão de Encaminhamento
MARCOS VINÍCIUS COSTA
Delegado de Polícia
Delegacia Substituta



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matricula 1073998, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na RDC do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0A050CA1F12B24B20250B4CF.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P2 - Dados do Contato

Endereço: GUIDO SEGALHO, 1071, JD EULINA, CAMPINAS-SP

Telefone:

Email:

V2P3 - PASSAGEIRO 3 DO V2 - VITALINA DIAS DA SILVA

V2P3 - Informações

Nome: VITALINA DIAS DA SILVA

CPF: 099.481.198-51

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 05/06/1962

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P3 - Dados do Contato

Endereço: ALTO, SN, ALTO, IGARATA-SP

Telefone:

Email:

V2P4 - PASSAGEIRO 4 DO V2 - LAVINIA DOS SANTOS REIS

V2P4 - Informações

Nome: LAVINIA DOS SANTOS REIS

CPF: 542.072.378-60

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 13/09/2009

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P4 - Dados do Contato

Endereço: CARAMBOLERA, 15, APTO 1046, CIDADE DAS FLORES, OSASCO-SP

Telefone: 001143764226

Email:

V2P5 - PASSAGEIRO 5 DO V2 - ROSA MARIA DE JESUS

V2P5 - Informações

Nome: ROSA MARIA DE JESUS

CPF: 045.731.548-25

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 03/04/1957

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P5 - Dados do Contato

Endereço: TATUAPE, 122, VL PAULICEIA, SAO BERNARDO DO CAMPO-SP

Telefone:

Email:

CAPTULO DE POLICIA GERAL
DE SAO PAULO
Instituto Substitui



Assinatura
eletrônica

Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Polícial Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 6 de outubro de 2015 e no inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.jus.br/bovot/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 1054900AD50CA1F12B24B2025084CF.

191

Selo TJSE: 202029612000025
Acesso: www.tjse.jus.br/q74K3E2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P6 - PASSAGEIRO 6 DO V2 - DALVA OLIVEIRA DOS SANTOS

V2P6 - Informações

Nome: DALVA OLIVEIRA DOS SANTOS
CPF: 298.268.368-77
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 23/10/1978
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P6 - Dados do Contato

Endereço: R MAL PIMENTEL, 00631, CS08, SACOMA, SÃO PAULO-SP
Telefone:
Email:

V2P7 - PASSAGEIRO 7 DO V2 - KAROLYNE MIRANDA BRITO

V2P7 - Informações

Nome: KAROLYNE MIRANDA BRITO
CPF: 078.766.765-02
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 04/11/2000
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P7 - Dados do Contato

Endereço: PADRE GABRIEL, CASA, SENHOR DO BOMFIM, CACULE-BA
Telefone:
Email:

V2P8 - PASSAGEIRO 8 DO V2 - ZELMA MARIA DOS SANTOS

V2P8 - Informações

Nome: ZELMA MARIA DOS SANTOS
CPF: 273.324.728-05
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 13/05/1974
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P8 - Dados do Contato

Endereço: LIBERO CARNICELI, 551, CASA 6, JD YPE, OSASCO-SP
Telefone:
Email:

V2P9 - PASSAGEIRO 9 DO V2 - SARA ALVES DE SOUSA

V2P9 - Informações

Nome: SARA ALVES DE SOUSA
Nº de Identificação/órgão expedidor: 398937552/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 29/01/1996
Sexo: Feminino
Usava cinto de segurança: Ignorado



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matricula 1073998, Policial Rodoviário Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novo/bel/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F12B24B2D25084C2.

191



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P9 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P10 - PASSAGEIRO 10 DO V2 - LEONARDO DOS SANTOS

V2P10 - Informações

Nome: LEONARDO DOS SANTOS

Nº de Identificação/órgão expedidor: 2038218234/SSP/BA

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 29/06/1993

Sexo: Masculino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P10 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P11 - PASSAGEIRO 11 DO V2 - MAURA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

V2P11 - Informações

Nome: MAURA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Nº de Identificação/órgão expedidor: 234408042/SSP/SP

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 22/08/1972

Sexo: Feminino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P11 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P12 - PASSAGEIRO 12 DO V2 - MIQUEIAS LIMA DOS SANTOS

V2P12 - Informações

Nome: MIQUEIAS LIMA DOS SANTOS

Nº de Identificação/órgão expedidor: 527150277/SSP/SP

Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 22/06/2002

Sexo: Masculino

Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P12 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

CARTÃO DE NOTIFICAÇÃO
Do Ministério Público do Estado de São Paulo
Substituto



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073958, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme notário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2-200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser confirmada no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 10549D0AD50CA1F3262402025064CF

191

Solo TJSE: 202029612000025
Acesso: www.tjse.jus.br/74K3E2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19036358B01

V2P13 - PASSAGEIRO 13 DO V2 - IVANI OLIVEIRA SANTOS

V2P13 - Informações

Nome: IVANI OLIVEIRA SANTOS
Nº de Identificação/órgão expedidor: 378992971/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 23/02/1984
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P13 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P14 - PASSAGEIRO 14 DO V2 - EDVALDO GONCALVES DOS SANTOS

V2P14 - Informações

Nome: EDVALDO GONCALVES DOS SANTOS
CPF: 448.343.225-72
Estado físico: Ileso
Informações complementares: PROPRIETÁRIO DO ÔNIBUS.

Data de Nascimento: 13/01/1966
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P14 - Dados do Contato

Endereço: R CAPELINHA, 00044, CS04, C PRQ BRASILIA, GUARULHOS-SP
Telefone:

Email:

V2P15 - PASSAGEIRO 15 DO V2 - MATHEUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA

V2P15 - Informações

Nome: MATHEUS TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Nº de Identificação/órgão expedidor: 394752788/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 30/10/2003
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado

V2P15 - Dados do Contato

Endereço:

Telefone:

Email:

V2P16 - PASSAGEIRO 16 DO V2 - VALDICLEI DANTAS CARDOSO

V2P16 - Informações

Nome: VALDICLEI DANTAS CARDOSO
Nº de Identificação/órgão expedidor: 39040830X/SSP/SP
Estado físico: Ileso

Data de Nascimento: 30/11/1986
Sexo: Masculino
Usava cinto de segurança: Ignorado



Documento assinado eletronicamente por MARCELO COSTA, matrícula 1073998, Polícia Rodoviária Federal, em 29/07/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no 5º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.537, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: <http://www.prf.gov.br/novo/ba/autenticar>. Informando o protocolo 19036358B01 e o número de controle 1054900AD50CA1F12B248201508ACF.

191



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Autorização de pagamento

Nº DO SINISTRO

CAMPO PRE



Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Elizama Paes dos SantosPORTADOR(A) DO RG Nº 4.305.138 EXPEDIDO POR SSP/SE EM 06/11/2019 ECPF 0023747435-27 /CNPJ 000000000-00000000, PROFISSÃO Adv. Seg. Gerais

E RENDA MENSAL DE R\$ 1.050,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Elizama Paes dos Santos, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.



Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - www.receita.fazenda.gov.br);

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISPDPVAT Sinistro.

☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
BANCO _____ AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE _____

☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
BANCO 237 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____

☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
BANCO 001 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____

☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
BANCO 341 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____

☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO 104 • AGÊNCIA 1045 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 000 88644-0

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL Ilheusópolis/SE DATA 07/01/2020ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A) Elizama Paes dos Santos

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





Escolha a(s) tipo(s) de cobertura:

☐ DAVIS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES)

☐ INVALIDEZ PERMANENTE

☒ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3200033692

3 - CPF da vítima:

072.385.935-30

4 - Nome completo da vítima:

Heliana Reis dos Santos

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

Heliana Reis dos Santos

6 - CPF:

003.747.435-27

7 - Profissão:

Gari

8 - Endereço:

Rosário Bonfim

9 - Número:

06

10 - Complemento:

11 - Bairro:

Rua A Conjunto Estela

12 - Cidade:

Quilina Pastora

13 - Estado:

Saltina

14 - CEP:

49650000

15 - E-mail:

edilaine.reis.23@gmail.com

16 - Tel.(DDD):

79-98866-8485

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECUSO INFORMAR

☒ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☐ Banco do Brasil (001)

☒ Caixa Econômica Federal (104)

☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

1045

CONTA:

00088644-0

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autoriza a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☐ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

• Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

• O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

• O IML que atenda a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☒ Solteira

☐ Casado (ou Civil)

☐ Divorçado

☐ Separado judicialmente

☐ Viúva

24 - Data do óbito da vítima:

09/07/2019

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

Mãe

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim ☒ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☒ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

☐ Sim

☒ Não

30 - Vítima deixou noção (ou não) de herança?

☐ Sim

☒ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☒ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

2

Falecidos:

☐ Sim

☒ Não

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒ Não

☐ Sim

34 - Vítima deixou irmãos?

☒ Não

☐ Sim

35 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒ Não

☐ Sim

36 - Vítima deixou irmãos?

☒ Não

☐ Sim

37 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒ Não

☐ Sim

38 - Vítima deixou irmãos?

☒ Não

☐ Sim

39 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☒ Não

☐ Sim

40 - Vítima deixou irmãos?

☒ Não

☐ Sim

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso deva, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Heliana Reis dos Santos

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a cargo)

023.747.435-27

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a cargo)

Heliana Reis dos Santos

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a cargo)

38 - 1ª | Nome: Heliana Reis dos Santos

CPF: 064.893.095-56

Heliana Reis dos Santos

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: Dulciana Ferreira Porto

CPF: 047.682.385-07

Dulciana Ferreira Porto

Assinatura da testemunha

43 - Local e Data:

Quilina Pastora / SE
10 de Fevereiro de 2020

Mauricio Imparato

De: Mauricio Imparato
Enviado em: segunda-feira, 25 de maio de 2020 11:47
Para: 'dpvat@mbmseguros.com.br'; 'liriana.fravoline@mbmseguros.com.br'; 'jorge.monteiro@mbmseguros.com.br'; 'jorge.carvalho@mbmseguros.com.br'
Assunto: SEGURO DPVAT - PROJETO MOVIMENTAÇÃO REMOTA
Anexos: Projeto movimentação remota - MBM.xlsx

Prezados, bom dia!

Em continuidade às ações relativas ao Projeto Movimentação Remota, conforme detalhado na Circular DOPTI 002/2020, encaminhamos a lista de sinistros selecionados pela Seguradora Líder para o prosseguimento da regulação com base em critérios específicos de análise e mitigação de riscos técnicos, jurídicos e de fraudes.

Ressaltamos que a etapa de recepção de documentos foi realizada por meio de ações que independeram de contato presencial e destacamos que a movimentação remota do documento pendenciado não deve ser objeto de novo pendenciamento.

Favor executar a ação “concluir regulação” no sistema SIS DPVAT-SINISTROS, preenchendo o Parecer Técnico com a seguinte informação:

“ Parecer favorável em parceria com a Seguradora Líder no âmbito do Projeto Movimentação Remota.”

Reforçamos que a lista de processos de regulação selecionados para o Projeto encontra-se anexa, logo, não será permitida a indicação de outros casos, como também não será permitida a aplicação das premissas e procedimentos que compõem o Projeto a sinistros:

- (i) já avisados e pendenciados, mas não selecionados;
- (ii) que venham ser avisados posteriormente ao término do Projeto.

Nesse mesmo sentido, aproveitamos para ratificar que seguem inalterados os procedimentos de regulação constantes do Manual de Recepção e Regulação em relação aos sinistros avisados durante o período em que estiver sendo executado este Projeto.

Contamos com o empenho e agilidade de todos os envolvidos no tratamento dos casos e resposta às equipes Líder.

Eventuais dúvidas devem ser enviadas para o e-mail consultas.dpvat@seguradoralider.com.br, devendo ser indicado no assunto **Projeto Movimentação Remota**.

Abraços,

Mauricio Imparato

Gerência de Sinistro – Coordenação Técnica
mauricio.imparato@seguradoralider.com.br
Tel. 55 21 3861-4600 | Ramal 4598
Cel. 55 21 98223-8789



www.seguradoralider.com.br

Rua da Assembléia, 100 - 21º andar

Rio de Janeiro, 29 de Junho de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200033692 Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

Data do Acidente: 09/07/2019 Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ELIANA PAES DOS SANTOS

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Formulário do Pedido Seguro DPVAT	Apresentar o formulário "Pedido do Seguro DPVAT", disponível em nosso site, com preenchimento completo, sem abreviações e/ou rasuras, pois, o formulário não foi entregue.
-----------------------------------	--

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Os documentos pendentes podem ser recebidos através do site <https://documentospendentes.seguradoralider.com.br>

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,
Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Pag. 00713/00714 - carta_03 - MORTE



Carta nº 15898486

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200033692

Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

Data do Acidente: 09/07/2019

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ELIANA PAES DOS SANTOS

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Valor: R\$ 6.750,00

Banco: 104

Agência: 000001045

Conta: 0000088644-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 28 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200033692 Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

Data do Acidente: 09/07/2019 Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ELIANA PAES DOS SANTOS

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

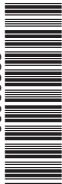
Boletim de ocorrência	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, com a data do acidente, o nome completo da vítima, os dados do veículo em que a vítima estava e o nome do proprietário, pois o entregue não possui todas as informações.
-----------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,
Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Pag. 01765/01766 - carta_03 - MORTE



Carta nº 15557218

Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200033692

Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

Data do Acidente: 09/07/2019

Cobertura: MORTE

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ELIANA PAES DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para a cobertura de Morte, o valor da indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e será pago aos legítimos beneficiários da vítima definidos em lei.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200033692 Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

Data do Acidente: 09/07/2019 Cobertura: MORTE

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ELIANA PAES DOS SANTOS

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Declaração de únicos herdeiros	Apresentar o formulário "Pedido do Seguro DPVAT", disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto dos "Dados Cadastrais" e da "Declaração de Únicos Beneficiários", sem rasuras.
--------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,
Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Pag. 01759/01760 - carta_03 - MORTE



Carta nº 15434108

RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0028584/20

Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

CPF: 072.385.935-30

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 09/07/2019

Titular do CPF: LILIANE PAES DOS SANTOS

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Certidão de nascimento
Certidão de óbito
Documentos de identificação
Outros

ELIANA PAES DOS SANTOS : 023.747.435-27

Autorização de pagamento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber cada um.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 21/01/2020
Nome: ELIANA PAES DOS SANTOS
CPF: 023.747.435-27

ELIANA PAES DOS SANTOS

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 21/01/2020
Nome: JULIANA MARQUES RODRIGUES
CPF: 149.018.967-09

JULIANA MARQUES RODRIGUES

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 27/05/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 6.750,00

*****TRANSFERIDO PARA:

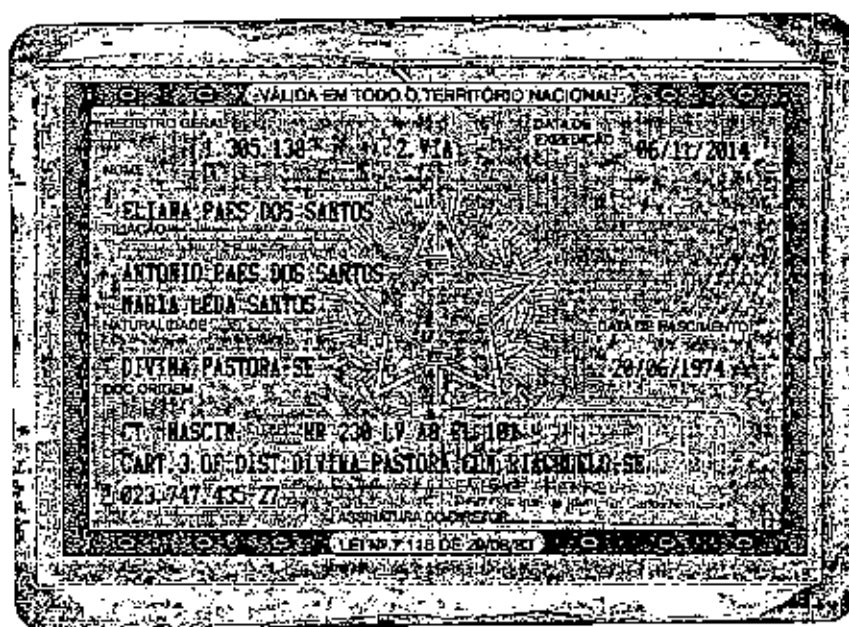
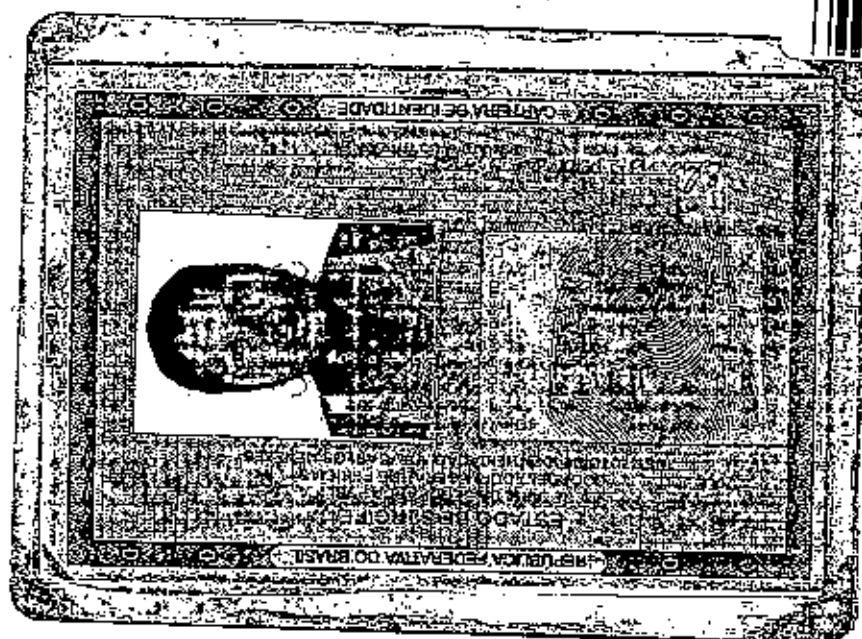
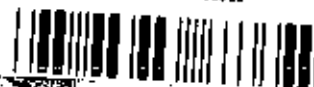
CLIENTE: ELIANA PAES DOS SANTOS

BANCO: 104


AGÊNCIA: 01045

CONTA: 000000088644-0

Nr. da Autenticação 29F551DEF7E58978



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0028584/20

Número do Sinistro: 3200033692

Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

CPF: 072.385.935-30

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Outros



CPF de: Próprio

Data do acidente: 09/07/2019

Titular do CPF: LILIANE PAES DOS
SANTOS

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Outros

ELIANA PAES DOS SANTOS : 023.747.435-27

Autorização de pagamento

Declaração de únicos herdeiros

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização de morte por acidente ocorrido a partir de 29.12.2006 é de R\$13.500,00. Metade desse valor é pago ao cônjuge ou companheiro/a, se houver, e metade aos herdeiros legais da vítima. Havendo mais de um herdeiro, a cota é dividida entre eles, no quanto couber cada um.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do Interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 19/02/2020

Nome: ELIANA PAES DOS SANTOS

CPF: 023.747.435-27

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/02/2020

Nome: Alexandre Tavares Belfort

CPF: 024.208.707-86

ELIANA PAES DOS SANTOS

Alexandre Tavares Belfort



Certidão de nascimento

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
LILIANE PAES DOS SANTOS

CPF

072.385.935-30

MATRÍCULA

110536 01 55 1998 1 00009 555 0001581 - 05

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

VINTE E DOIS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO

DIA

22

MÊS

01

ANO

1998

HORA DE NASCIMENTO

10:00

NATURALIDADE

ARACAU

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO

DIVINA PASTORA/SE

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF

HOSPITAL SANTA IZABEL ARACAU-SE

SEXO

FEMININO

FILIAÇÃO

1º Genitor: ELIANA PAES DOS SANTOS

2º Genitor: ADELSON SANTOS

AVÓS

AVÔ 1º Genitor: MARIA LÉDA SANTOS

AVÔ 1º Genitor: ANTÔNIO PAES DOS SANTOS

AVÔ 2º Genitor: MARIA JOSÉ CAMPOS DOS SANTOS

AVÔ 2º Genitor: IGNORADO

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

VINTE E CINCO DO MÊS DE MAIO DO ANO DE UM MIL,
NOVECENTOS E NOVENTA E OITO

NÚMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ADICIONAR

NOME DO OFÍCIO: OFÍCIO ÚNICO DO DISTRITO DE DIVINA PASTORA

ESCREVENTE SUBSTITUTO: FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA ALVES

MUNICÍPIO: DIVINA PASTORA-SE

ENDEREÇO: RUA DA MATRIZ, Nº 485 - BAIRRO: CENTRO

TELEFONE: 79-36254 1415

EMAIL:

O certidão da certidão é verdadeira. Data 16,
DIVINA PASTORA, SE, 22 de julho de 2019.

Assinatura do Oficial

VALOR DOS EMOLUMENTOS: R\$: 55,00
(Artigo 3º, §2º, da Lei nº 6.310/2007).

2ª VIA

CARTÓRIO OFICIAL ÚNICO DIVINA PASTORA
Fábio Augusto Oliveira Alves
Escrevente SubstitutoSelo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
SergipeOfício Único do Distrito de
Divina Pastora

22/07/2019 11:40

<http://www.tjse.jus.br/x/CCR9TE>

201920612000793

VÁLIDO COM O SELO
ELETRÔNICO

ARPENBRASIL BA 000727932BRP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
LILIANE PAES DOS SANTOS

CPF

072.385.935-30

MATRÍCULA

110536 01 55 2020 4 00004 120 0000428 - 55

SEXO

FEMININO

COR

PARDA

ESTADO CIVIL E IDADE

SOLTEIRA, 21 ANOS

NATURALIDADE

ARACAU-SE

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

24091618 SSP-SE

ELEITOR

SIM

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

1º GENITOR: ELIANA PAES DOS SANTOS

2º GENITOR: ADILSON SANTOS

RESIDÊNCIA: RUA A, Nº 06-CONJUNTO STELA AZEVEDO- POVOADO BONFIM, ZONA RURAL, DIVINA PASTORA-SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

NOVE DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE ÀS 06:00

- DIA

09

- MÊS

07

- ANO

2019

LOCAL DE FALECIMENTO

BR 381 KM 765,5, CAMPANHA-MG

CAUSA DA MORTE

AVERBAÇÃO: CONFORME LAUDO ANTROPOLÓGICO REGISTRADO NO IML/BH: 72.408, CONSTA QUE A CAUSA MORTE DA FALECIDA LILIANE PAES DOS SANTOS FOI POR CARBONTIZAÇÃO. DIVINA PASTORA, 06/01/2020. BIANCA MARIA MORAES ALVES, OFICIALA INTERINA.

SEPULTAMENTO/CRENAÇÃO (município e cemitério, se conhecido)

CEMITÉRIO DO POVOADO BONFIM, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE DIVINA PASTORA/SE

DECLARANTE

ECILADNE PAES DOS SANTOS

NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATENDIU O ÓBITO

34502 - CARLOS ALBERTO VIEIRA BRAGA

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ADICIONAR

NOME DO OFICIAL: OFÍCIO ÚNICO DO DISTRITO DE DIVINA PASTORA
 OFICIAL REGISTRADOR SUBSTITUTO: BIANCA MARIA MORAES ALVES
 MUNICÍPIO: DIVINA PASTORA-SE
 ENDEREÇO: PRAÇA DA MATRIZ, Nº 495 - BAIRRO: CENTRO
 TELEFONE: 75-66659 1415
 EMAIL:

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dia 06 de Janeiro de 2020.

DIVINA PASTORA, SE, 06 de Janeiro de 2020.

Assinatura do Oficial

Assinatura do Oficial

VALOR DOS EMOLUMENTOS: R\$ 55,00

(Artigo 3º, §2º, da Lei nº 6.310/2007).

Selo Digital de Fiscalização

Tribunal de Justiça de Sergipe

Ofício Único do Distrito de Divina Pastora

06/01/2020 09:58

TRFPA-2 Protocolo 2020.000000024-4

TRFPA-2 Protocolo 2020.000000024-4

**VÁLIDO COM O SELLO
 ELETRÔNICO**

2ª VIA

**VÁLIDO COM O SELLO
 ELETRÔNICO**

Selo Digital de Fiscalização
 Tribunal de Justiça de Sergipe

Ofício Único do Distrito de
 Divina Pastora

07/01/2020 10:03

https://www.tjse.ju1.br/x/MACQUA



202029612000024

CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE CÓPIA É
 REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL QUE ME FOI
 EXIBIDO.

DIVINA PASTORA/SE, 07/01/2020.

FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA ALVES

ESCREVENTE SUBSTITUTO.

202029612000024 07/01/2020 10:03.

ARPENBRASIL AA 015239615 BRP
 OFÍCIO ÚNICO DO DISTRITO DE DIVINA PASTORA
 FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA ALVES
 Escrevente Substituto



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

30/07/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a parte Requerida, através de seu Representante, apresentou Contestação tempestivamente.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

03/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(íza) de Direito deste distrito. </br>{Via Movimentação em Lote nº 202000085}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

06/08/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Em razão da contestação acostada nas p. 54-58, intime-se a parte autora, para se manifestar, no prazo legal de 15 (quinze) dias, através de RÉPLICA, nos termos dos arts. 350 a 352, todos do Código de Processo Civil (CPC), requerendo o que lhe for de direito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Divina Pastora

Nº Processo 202081400173 - Número Único: 0000168-33.2020.8.25.0065

Autor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Em razão da contestação acostada nas p. 54-58, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo legal de 15 (quinze) dias, através de RÉPLICA, nos termos dos arts. 350 a 352, todos do Código de Processo Civil (CPC), requerendo o que lhe for de direito.

LA/H



Documento assinado eletronicamente por ANA LÍGIA DE FREITAS SOARES ALEXANDRINO, Juiz(a) de Divina Pastora, em 06/08/2020, às 08:08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001408723-79**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

10/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: RUY BRITTO PENALVA FILHO - 6144}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO – DISTRITO DE DIVINA PASTORA – ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº 202081400173

Autora: Eliana Paes dos Santos

Réu: DPVAT – Seguros e Consórcios

ELIANA PAES DOS SANTOS, parte já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem, através de seu advogado constituído com endereço profissional na Av. Beira Mar, nº. 1422-A, Farolândia, CEP 49032-000, Aracaju/SE., à presença de Vossa Excelência, apresentar **MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO** apresentada pelo DPVAT – Seguros e Consórcios, o que faz com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir delineados:

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

No dia 09 de julho de 2019, a filha da requerente fora vítima de um acidente fatal, certidão de óbito em anexo, que ocorreu por volta das 07 horas, no km 765,8 da BR 831, na pista sentido BH XSP, no município de Campanha/MG.

Ciente do seu direito de receber o seguro DPVAT, a requerente, considerando que é a única herdeira da *de cujos*, solicitou, através da via administrativa, requerimento de pagamento da apólice à título de morte do segurado.

Após o trâmite administrativo, o pedido de indenização do Seguro DPVAT fora aprovado. **No entanto, para a surpresa da autora, apenas fora autorizado o pagamento de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).**

Posição em 21-06-2020 16:43:21



O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/05/2020	R\$ 6.750,00	R\$ 0,00	R\$ 6.750,00

Ocorre que, nos casos em que o acidente resulte na morte, a Medida Provisória 340, de 29 de dezembro de 2006, que alterou o art. 3º da Lei instituidora do seguro DPVAT, estipulou a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a título de indenização, devendo a correção monetária sobre a dívida incidir a partir do efetivo prejuízo.

Ao apresentar contestação, o requerido alegou, em síntese, (i) a falta de documento imprescindível pra demanda (laudo cadavérico); (ii) a quitação do débito; (iii) ausência de comprovação de único herdeiro; (iv) impossibilidade de inversão do ônus da prova; (v) impossibilidade de inversão de ônus da prova.

Todavia, em que pese o brilho dos argumentos exarados, o fato é que a presente demanda deve ser julgada totalmente procedente, consoante será devidamente demonstrado.

2. DA DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO LAUDO CADAVERÍCO. PAGAMENTO PARCIALMENTE REALIZADO ADMINISTRATIVAMENTE

Alega o requerido que o Laudo de Exame cadavérico não fora anexado aos autos, não restando comprovado que a morte da vítima decorreu do acidente automobilístico.

Contudo, a documentação acostada aos autos (atestado de óbito e boletim de ocorrência) demonstra que a morte da filha da requerente decorreu de acidente automobilístico, **tanto é assim que o requerido efetuou o PAGAMENTO PARCIAL da indenização do seguro DPVAT.**

Ademais, o documentado anexado pela empresa autora (fls. 108 dos autos materializados) demonstra que esta reconhece que o pagamento da indenização fora realizado para a cobertura de **morte, não havendo, portanto, qualquer dúvida acerca de que o falecimento decorreu de acidente automobilístico.**

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200033692

Vítima: LILIANE PAES DOS SANTOS

Data do Acidente: 09/07/2019

Cobertura: MORTE

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), ELIANA PAES DOS SANTOS

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Recebedor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Valor: R\$ 6.750,00

Banco: 104

Agência: 000001045

Conta: 0000088644-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Ora, não há como se discutir nos autos se a morte da *de cujos* decorreu ou não de acidente automobilístico quando a **empresa ré, administrativamente, já reconheceu que a morte fora decorrente de acidente, TANTO É ASSIM QUE PROMOVEU O PAGAMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO, NÃO RESTANDO, PORTANTO, QUALQUER DÚVIDA ACERCA DA CAUSA MORTIS.**

Deste modo, é evidente que não há o que se falar em ausência de documento essencial quando, administrativamente, a empresa ré já reconheceu que a *de cujus* faleceu em virtude de acidente automobilístico.

3. DA AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO DO DÉBITO. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA DE CONCORDÂNCIA DA AUTORA

Alega a empresa requerida que quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, o beneficiário da verba assina documento de quitação, no qual se lê que: “(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Ocorre que, em que pesa a referida ilação, a empresa ré não anexou aos autos NENHUM documento assinado pela requerente o qual dá quitação ao pagamento efetuado administrativamente.

Ademais, ainda que houvesse, a simples informação de quitação exigida para que a requerente receba o seguro não inviabiliza o dever de complementação da diferença devida.

O art. 320 do Código Civil de 2002, que reproduziu o art. 940, do CCB/1916, preceitua, *literis*:

Art. 320. A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por

este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.

Da exigência de que conste do recibo, de forma expressa, o valor do débito, emerge claramente a limitação da exoneração do devedor ao montante discriminado, ressalvado ao credor o direito de reivindicar, a posteriori, os valores não incluídos e que lhe sejam devidos, como no caso em exame.

Trata-se de uma prerrogativa baseada na lei e na equidade. Equivale dizer: não é lícito a ninguém se locupletar à custa alheia e, bem por isso, a quitação apenas tem eficácia com relação às verbas expressamente contempladas no instrumento exordial.

Nesse sentido é entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ" (REsp n. 146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001).

II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie.

III. Recurso especial conhecido e provido" (RESP 296.675/SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ de 23/09/2002).

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes"(RESP 363.604/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 17/06/2002).

Assim, segundo precedentes do colendo STJ, já está cristalizado o entendimento de que" o recibo de quitação passado de forma geral, mas reativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação "(RESP. 129.182/SP, Ministro Waldemar Zveiter, 3ª T, DJ 30.03.98

Os demais Tribunais também trafegam no mesmo sentido:

Acidente de trânsito. Cobrança. DPVAT. Quitação parcial. **O RECIBO DE QUITAÇÃO FIRMADO PELA ESPOSA DA VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO E DADO A SEGURADORA EM CARÁTER GERAL, NÃO INVIABILIZA O DEVER DE EVENTUAL COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA.SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PAGAMENTO DE DIFERENÇA DEVIDA.** Admiti-se a indenização em salários mínimos, portanto de rigor a condenação na diferença que deve levar em conta o salário mínimo vigente na data da liquidação parcial, com incidência de correção monetária desde então, conforme índices da tabela prática do TJSP e juros moratórios desde a citação.Correção monetária. A correção monetária é simples recomposição do valor aquisitivo do dinheiro,não constituindo parcela que se agrega ao principal e incide desde o dia em que haveria de ter sido feito o seu pagamento. Recurso desprovido. Juros. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação e calculados à razão de 1% ao mês, se efetivada após a vigência do Código Civil 2002. (TJ-SP - APL: 992060095872 SP, Relator: Júlio Vidal, Data de Julgamento: 09/11/2010, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/12/2010)

AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT QUITAÇÃO PARCIAL - SALDO REMANESCENTE - COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA - QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS - DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. - **O RECIBO DE QUITAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO CONFERIDO PELO BENEFICIÁRIO, EM RELAÇÃO À INDENIZAÇÃO PAGA A MENOR, NÃO CONSTITUI ÓBICE PARA QUE POSSA BUSCAR, EM JUÍZO, A DIFERENÇA DO MONTANTE QUE LHE CABE, NOS TERMOS DA LEI REGENTE**

DA ESPÉCIE. - Consoante jurisprudência consolidada dos Tribunais pátrios, o valor da indenização relativa ao seguro DPVAT, em caso de morte, é devido no patamar de 40 (quarenta) salários mínimos, de conformidade com o artigo 3º da Lei 6194/74, não constituindo o salário mínimo fator de correção monetária, já que serve apenas como base de cálculo do quantum a ser indenizado. - Embora o dano moral consagrado como indenizável, na Carta Constitucional de 1988, tenha assumido uma perspectiva muito mais abrangente, não se vislumbra, na espécie, como possam os autores ter sofrido abalo psicológico, sofrimento, dor ou angústia, pelo simples fato de ter de recorrer ao Judiciário, ao fito de receber a complementação do seguro, mormente tendo sido o pedido postulado anos depois do recebimento da parcela mais expressiva, quando alertados acerca de seus direitos à diferença. (TJ-MG 107010510603280021 MG 1.0701.05.106032-8/002(1), Relator: TARCISIO MARTINS COSTA, Data de Julgamento: 16/12/2005, Data de Publicação: 04/02/2006)

Deste modo, não restam dúvidas de que não preenchidos os requisitos previstos no art. 320 do Código Civil, o recibo de quitação passado de forma geral, mas reativo à obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação, não havendo, portanto, o que se falar em quitação integral do débito.

4. DA COMPROVAÇÃO DE ÚNICO HERDEIRO

Alega a empresa ré que o pagamento da indenização deve ser dividido entre todos os beneficiários da vítima, desde modo a autora teria que comprovar que a qualidade de única beneficiária.

Todavia, ao apresentar o requerimento de pagamento de seguro DPVAT, a autora assinou declaração de única herdeira, conforme documento anexado aos autos pela empresa ré. (fls. 100 dos autos materializados)

discrepância do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☒ Solteiro ☐ Casado (ou civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo ☐ 24 - Data do óbito: 09/07/2019

25 - Grau de parentesco com a vítima: Mãe 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☒ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☒ Não 29 - Se tinha filhos, informar: ☐ Sim ☒ Não 30 - Vítima deixou herdeiros? ☐ Sim ☒ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☒ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar: ☐ Sim ☒ Não 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☒ Não

Estou ciente de que a Seguradora não pagará, caso ocorra, a indenização do seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Nome legível de quem assina a pedido (a rgo): Duliana Reis dos Santos
35 - CPF legível de quem assina a pedido (a rgo): 023.747.435-07
36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rgo): 043.682.385-03
37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rgo): Duliana Reis dos Santos

38 - 1ª | Nome: Duliana Reis dos Santos
CPF: 064.893.095-56
Assinatura da testemunha: Duliana Reis dos Santos
39 - 2ª | Nome: Duliana Ferreira Porto
CPF: 043.682.385-03
Assinatura da testemunha: Duliana Ferreira Porto

40 - Local e Data: Duliana Ferreira Porto

Ora, tendo a requerente assinado a declaração de única beneficiária, **CABERIA A EMPRESA RÉ EFETUAR O PAGAMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO**, salvo se identificasse alguma irregularidade na informação prestada.

No entanto, de forma completamente antagônica e sem qualquer documentação que comprove a existência de outros herdeiros, a empresa ré PRESUMIU a existência de outros herdeiros e efetuou o pagamento de apenas parte da indenização.

O art. 5º da Lei nº 6.194, DE 19 de dezembro de 1974, estabelece que, para pagamento da indenização do seguro DPVAT, deverá ser anexado ao requerimento certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte. *In verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

No caso em tela, em atendimento ao disposto no art. 5,§1º, alínea a da Lei 6.194/74, a requerente anexou ao requerimento administrativo a certidão de óbito, o registro da ocorrência no órgão policial e, ainda, a prova da qualidade de beneficiária (certidão de nascimento da falecida que comprova a filiação), ou seja, cumpriu com a exigência legal.

Contudo, alega a empresa ré que a requerente PODE não ser a única legitimada a receber a indenização, sem apresentar qualquer indício de prova de existência de outros herdeiros da falecida.

Ocorre que, de acordo com o art. 373 do Código de Processo Civil, **o ônus da prova cabe a quem alega, ou seja, caberia a empresa ré comprovar que não efetuou o pagamento em virtude da existência de outros herdeiros, o que não restou demonstrado nos autos.**

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor

Nesse sentido, é o entendimento jurisprudencial:

APELAÇÕES. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. DEMANDA AFORADA PELO FILHOS. PROVA DE QUE OS AUTORES NÃO SÃO OS ÚNICOS HERDEIROS. FATO MODIFICATIVO DO DIREITO DO AUTOR. ÔNUS DO RÉU. FATO QUE NÃO SE DESINCUMBIU O DEMANDADO. CPC, ART. 373, II. REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. MORTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. MANUTENÇÃO. LEVANTAMENTO DOS VALORES PELA GENITORA. POSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO DO APELO DA PARTE RÉ E PROVIMENTO DO APELO DOS AUTORES. **AFIRMANDO OS AUTORES SUA CONDIÇÃO DE**

ÚNICOS HERDEIROS, CABE AO RÉU DEMONSTRAR QUE EXISTEM, ALÉM DELES, OUTROS HERDEIROS APTOS A PERCEBER A INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CPC, ART. 373. II. Como sabido, há independência entre as esferas judicial e administrativa, sendo assim, a exigência para que a vítima de acidente automobilístico requeira previamente, por via administrativa, a indenização do seguro DPVAT, afronta o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. Tendo a indenização sido fixada na sentença em valor com o qual a próprio recorrente, ao interpor o presente recurso, entende correto, não merece reforma a decisão a quo. “Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso”.1. (TJPB; APL 0000038-24.2015.815.0121; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. João Alves da Silva; DJPB 09/08/2016; Pág. do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais 4 e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal)

Logo, tendo a requerente apresentado todos os documentos exigidos no art. 5º, §1º, alínea a da Lei 6.194/74, não há o que se falar em ausência de documento que comprove ser a única herdeira da *de cujos*.

5. REQUERIMENTOS

Ex positis, considerando que resta demonstrado a comprovação da obrigação de pagar, pugna pela procedência da demanda em TODOS os seus termos.

Ademais, pugna pela produção de prova testemunhal, e ainda, que seja oficiado o INSS para apresentar declaração de herdeiros da *de cujus*, com o fito de comprovar que a requerente é a única herdeira da falecida.

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 10 de agosto de 2020.

RUY BRITTO PENALVA FILHO

OAB/SE 6.144



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Certifico que o laudo requisitado através do e-mail 10045949 encontra-se concluído no Sistema PCnet sob o número 034045672.

PS: por tratar-se de solicitação procedente de outro estado, envio cópia do predito laudo ao e-mail da unidade requisitante através do presente processo SEI.



Documento assinado eletronicamente por **Yara Vieira Lemos, Médico Legista**, em 17/12/2019, às 00:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10071252** e o código CRC **2B9C421F**.

Referência: Processo nº 1510.01.0178811/2019-74

SEI nº 10071252

**POLÍCIA
CIVIL**
MINAS GERAIS

INSTITUTO MEDICO LEGAL
R. PROFESSOR NÍCIAS CONTINENTINO, 1291 - NOVA GAMELEIRA - BELO HORIZONTE



Nº Laudo: 2019-024-000225-024-008521368-05

Nº Requisição Pericial: 2019-034045672

EXAME ANTROPOLÓGICO

Unidade Requisitante: Posto de Perícia Integrado/Três Corações

Autoridade Requisitante: Dr. Alisson Felipe Procopio Sentevilles

Responsável pela Perícia: Yara Vieira Lemos

Exame em: Cadáver/Segmento corporal - CADAVER NÃO IDENTIFICADO

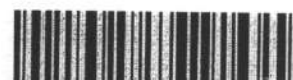
Suposta: **Liliane Paes dos Santos**, RG 2.409.161-8, filha de Eliane Paes dos Santos e Adilson Santos, nascida em 22/01/1998, natural de Aracaju/SE.

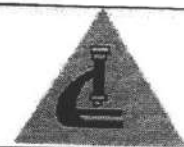
Registro no Setor de Antropologia Forense: **SAF 562/2019**

Registro no IML/BH: **72.408**

Data do início do exame: 12/07/2019

Hora do início do exame: 16:00





PREÂMBULO

Às 16h do dia 12 de julho de 2019, a doutora Yara Vieira Lemos, Médica Legista da Polícia Civil de Minas Gerais, inscrita sob o Masp. 1.176.651-6, inscrita no CRMMG sob o número 42.424, especialista em Medicina Legal e Perícia Médica, Registro de Qualificação de Especialista RQE 43.985, abaixo assinada, mediante requisição pericial **2019-034045672** datada de 12/07/2019, tendo sido designada para proceder ao exame do caso registrado no necrotério do IML, em 12/07/2019, sob o número **72.108**, e indicado como sendo caso **034045672**, suposta **Liliane Paes dos Santos**, 21 anos, oferece, depois de praticado o exame ordenado e tomadas as informações julgadas necessárias, o seu laudo.

QUESITOS OFICIAIS

1º- Houve a morte? 2º- Qual a causa da morte? 3º- Qual o instrumento ou meio que produziu a morte? 4º- A morte foi produzida com o emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que poderia resultar perigo comum?

HISTÓRICO

Em 12/07/2019 às 20h recebi telefonema do Sr. Carlos Henrique Paes dos Santos Silva, RG 2.409.15-7, nascido em 02/09/1992 em Aracaju/SE, filho de José Carlos Santos da Silva e Maria das Dores Pares dos Santos, que se identificou como sendo tio da vítima **Liliane Paes dos Santos**. Segundo ele, sua sobrinha havia saído de Santa Catarina na segunda-feira 08/07/2019, às 08h da manhã, em direção a Sergipe, onde morava. A última ligação realizada pela sobrinha fora em 09/07/2019 por volta das 16hs, quando avisou a sua mãe que estaria próxima a Belo Horizonte/MG. Como não havia recebido mais notícias da sobrinha, o Sr. Henrique procurou a Polícia Rodoviária Federal de Sergipe que, após buscar a placa do veículo Celta de Santa Catarina – Itajaí, placa MFG2362, soube que ocorrera um **acidente fatal com um casal próximo à cidade de Campanha/MG em 09/07/2019**. O Sr. Henrique nos informou que encaminharia radiografia digital panorâmica em nome de Liliane Paes dos Santos e nos deixou o seu telefone para contato: 79-98846-6774.





DESCRIÇÃO

DOCUMENTAÇÃO

Segundo consta da Guia de Requisição Pericial no PCnet nº **2019-034045672**, proveniente do **Posto de Perícia Integrada de Três Corações/MG**, trata-se de solicitação de Exame Antropológico do cadáver não identificado **034045672**. No campo informações adicionais extraí: "Encaminho cadáver conforme contato prévio realizado no dia **09/07/2019**, **cadáver carbonizado em acidente de trânsito** ocorrido à mesma data, para análises cabíveis para eventual exame de DNA. Solicito custódia de material coletado do cadáver desconhecido para eventual exame de DNA."

Através do e-mail oficial do Setor de Antropologia Forense recebemos documentação encaminhada pelo Sr. Carlos Henrique Paes dos Santos Silva, RG 2.409.15-7, nascido em 02/09/1992 em Aracaju/SE, filho de José Carlos Santos da Silva e Maria das Dores Pares dos Santos, que se identificou como sendo tio da vítima **Liliane Paes dos Santos**. A documentação consistia em uma radiografia panorâmica em nome de Liliane Paes dos Santos nº 20181222_094122 e cópia do RG de Liliane Paes dos Santos. Essa documentação foi encaminhada ao Dr. Richard Wagner, Odontologista, para as providências cabíveis referentes ao laudo Odontológico, apenso a este laudo no Sistema PCnet.



Ilustração 1. Documentação encaminhada ao Serviço de Antropologia Forense do IML/BH identificada como sendo pertencente a Liliane Paes dos Santos.





Dos restos mortais

Antes de se proceder ao exame necroscópico, realizou-se tomadas radiográficas do cadáver que evidenciaram tratamentos dentais através de imagens de densidade radiológica elevada em sítio dos elementos dentários, presença de remanescentes de vestes (botão, aro circular) e múltiplas fraturas de ossos longos e presença de três segmentos de pés.

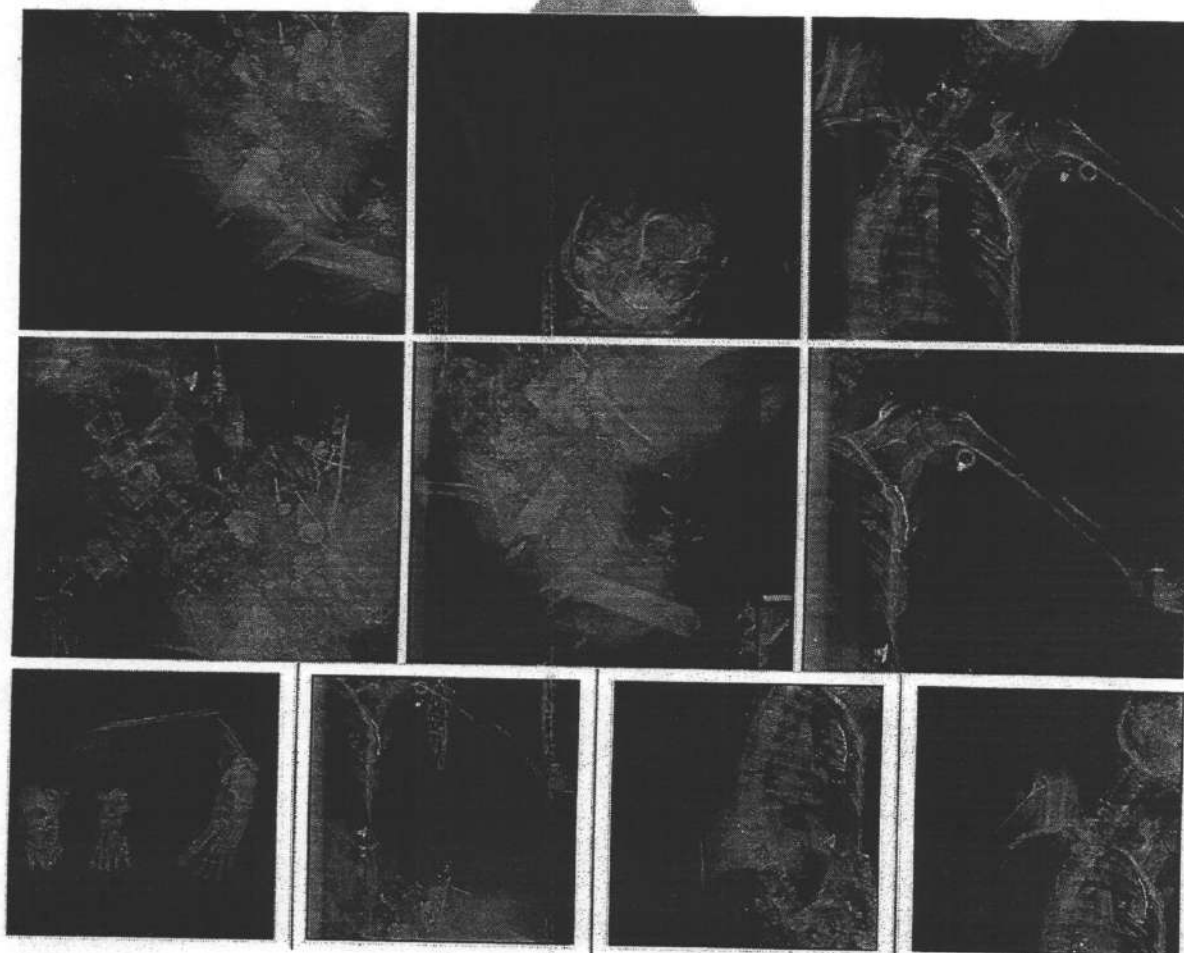
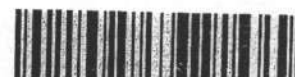


Ilustração 4. Exame radiológico do caso 034045672.



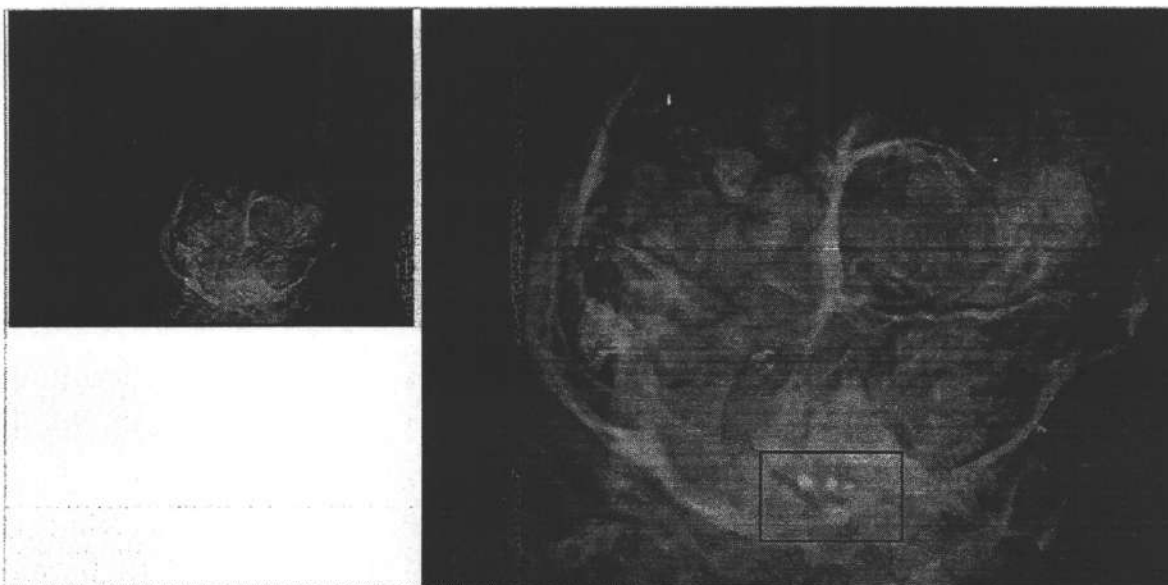
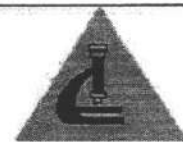
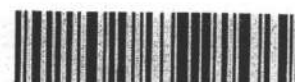


Ilustração 5. Exame radiológico em detalhe da face do caso 034045672 evidenciando a presença de imagens de densidade radiológica elevada em elementos dentários.

Cadáver carbonizado, medindo 90 centímetros no maior comprimento longitudinal, com destruição dos planos cutâneo e músculo-aponeurótico do tórax, do abdome, dos membros e do gradil costal ântero-lateral direito. Exposição dos órgãos torácicos a direita e exposição do fígado e evisceração de segmento do intestino delgado, que apresentavam carbonização e graus variados de cozimento. O segmento de intestino apresentava coloração esverdeada e expandido por gases. A região posterior do tronco e pelve mostrava segmentos de plano cutâneo e músculo-aponeuróticos parcialmente preservados, com visualização de segmento de cútis parcialmente carbonizada.

O membro superior direito apresentava carbonização com exposição dos planos musculares, ligamentares e aponeuróticos, fratura com exposição óssea do terço médio do úmero direito, amputação do terço distal do úmero, do rádio e ulna e dos ossos do carpo e falanges, que estavam ausentes.

O membro superior esquerdo apresentava destruição dos planos musculares, ligamentares e aponeuróticos. Apresentava fratura diafisária completa de rádio e ulna esquerdos e flexão dos dedos da mão esquerda. O úmero esquerdo media 307 milímetros de comprimento longitudinal.





A região cervical apresentava carbonização com destruição parcial do plano músculo-aponeurótico. A traquéia apresentava conteúdo cinza claro e espumoso na sua luz.

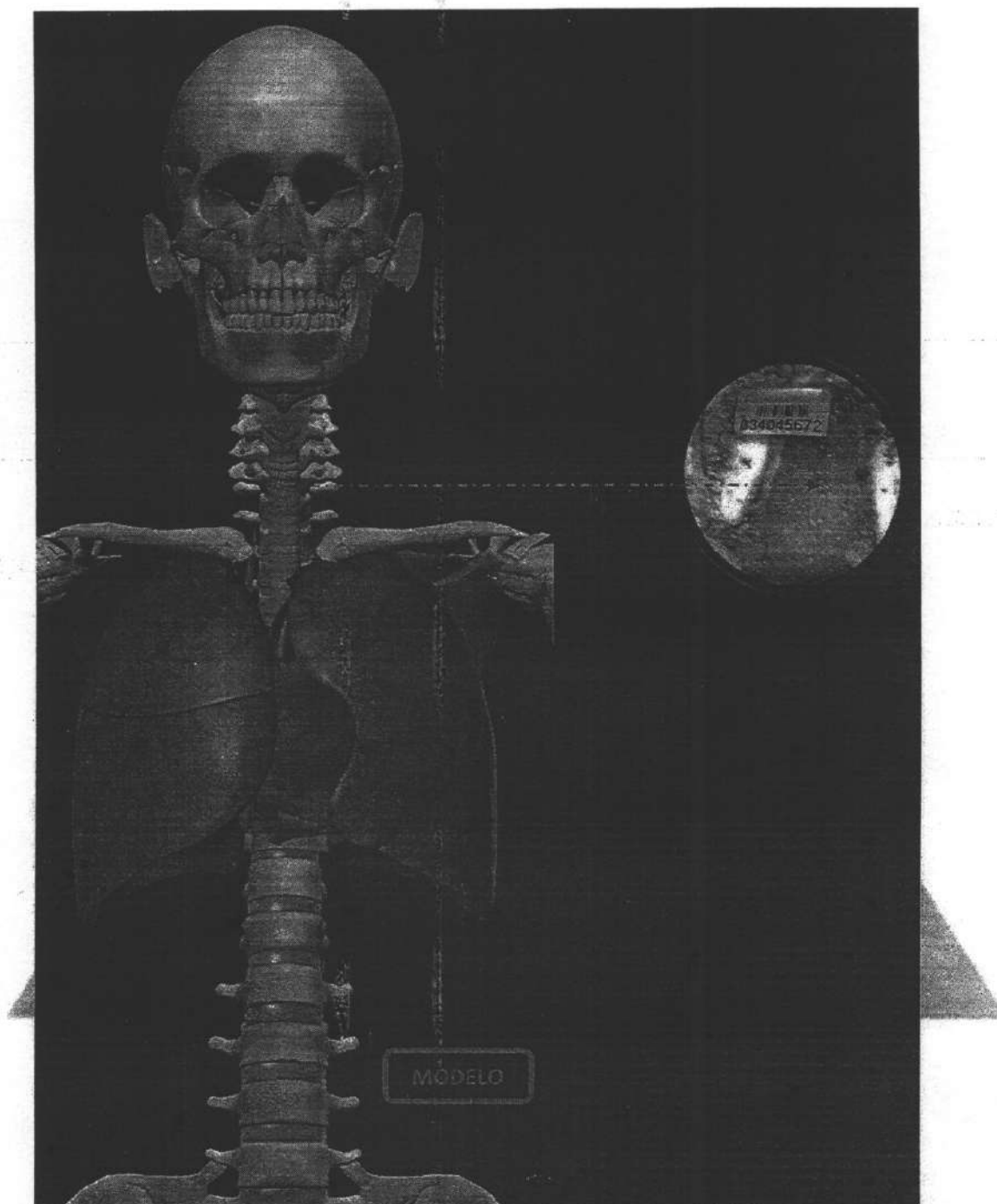
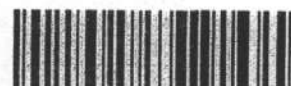


Ilustração 10. A figura circular à direita evidencia a luz traqueal e seu conteúdo, adjacente a imagem anatômica extraída do Atlas de Anatomia Humana *Visible Body* (figura à esquerda) para servir de referência ao leitor do presente laudo.





. Na cavidade tóraco-abdominal observou-se: coração apresentando áreas de carbonização e cozimento, presença de sangue cozido em câmaras cardíacas; presença de coleção de sangue na cavidade pleural esquerda (hemotórax) pouco volumoso; ausência de coleção de sangue dentro da membrana serosa que envolve o coração (hemopericárdio) e ausência de coleção de sangue na cavidade peritoneal (hemoperitônio). Visceras abdominais apresentavam graus variados de cozimento e carbonização, com alças intestinais apresentando-se com conteúdo gasoso e coloração esverdeada. Ausência de osteófitos em coluna tóraco-lombar.

Na região das mamas era possível observar protuberância oval carbonizada que, ao corte, evidenciava tecido amarelado, entremeado por outro tecido, de coloração rósea, difusamente distribuído na peça.

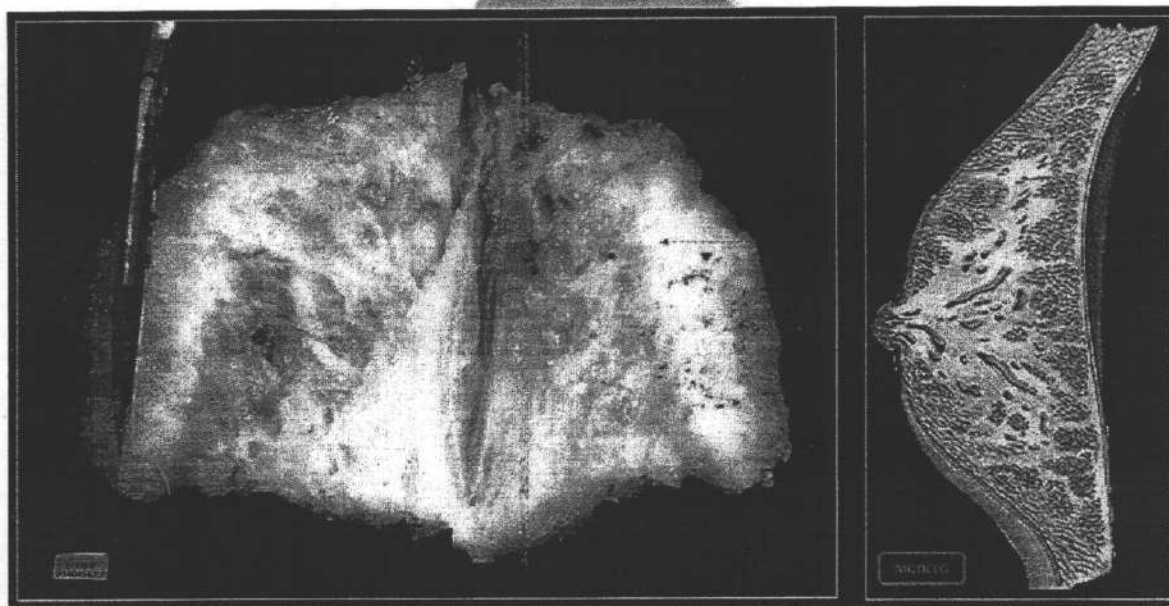


Ilustração 11: Corte da região da mama do caso 034045672 adjacente a imagem anatômica extraída do Atlas de Anatomia Humana Sobota (figura à direita) para servir de referência ao leitor do presente laudo.

Genitália externa carbonizada, sem possibilidade de distinção do sexo por esse parâmetro. Na região pélvica foi localizado o útero que se apresentava parcialmente cozido. Realizada secção longitudinal do corpo do útero que evidenciou ausência de corpos estranhos à luz uterina.



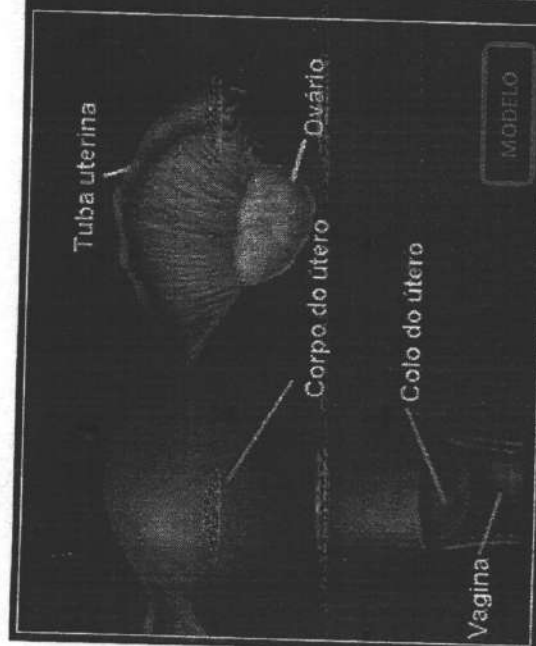


Ilustração 12. Genitália interna feminina evidenciando ovários, tubas uterinas, corpo do útero e colo do útero adjacente a imagem anatômica extraída do Atlas de Anatomia Humana Visible Body (figura à esquerda) para servir de referência ao leitor do presente laudo.



008521368

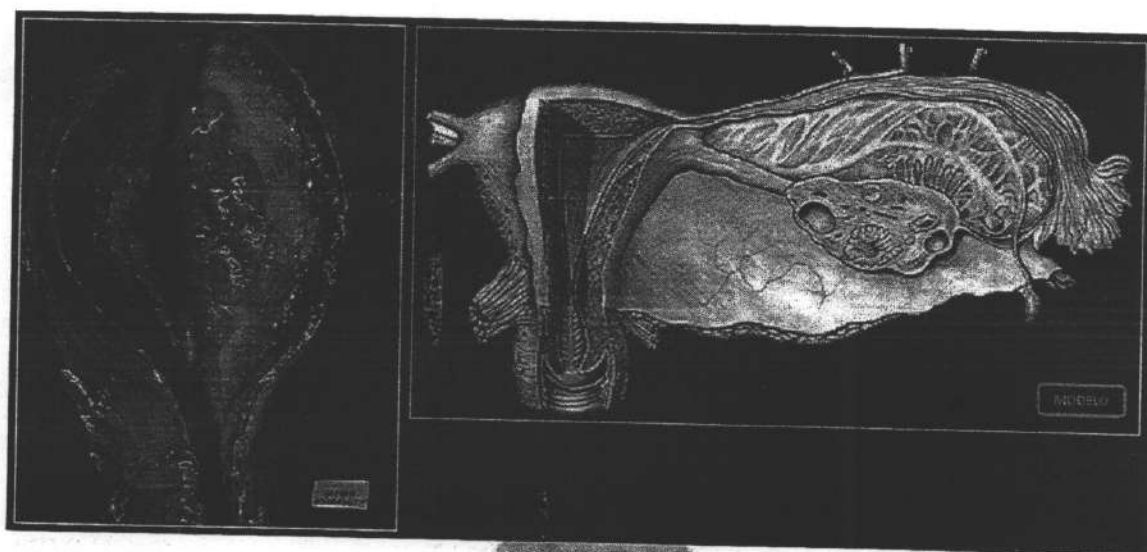


Ilustração 13. Luz uterina (figura à esquerda) adjacente a imagem anatômica extraída do Atlas de Anatomia Humana Sobota (figura à direita) para servir de referência ao leitor do presente laudo.

Foram retirados segmentos dos ossos púbicos para preparo com o fim de estudo morfológico no Laboratório de Antropologia Forense. Os segmentos de ossos púbicos serrados para estudo da superfície sinfisial, mostraram após preparo: tubérculo púbico não individualizado; face sinfisial com crista e sulcos exuberantes, borda não defininda e atividade superior.

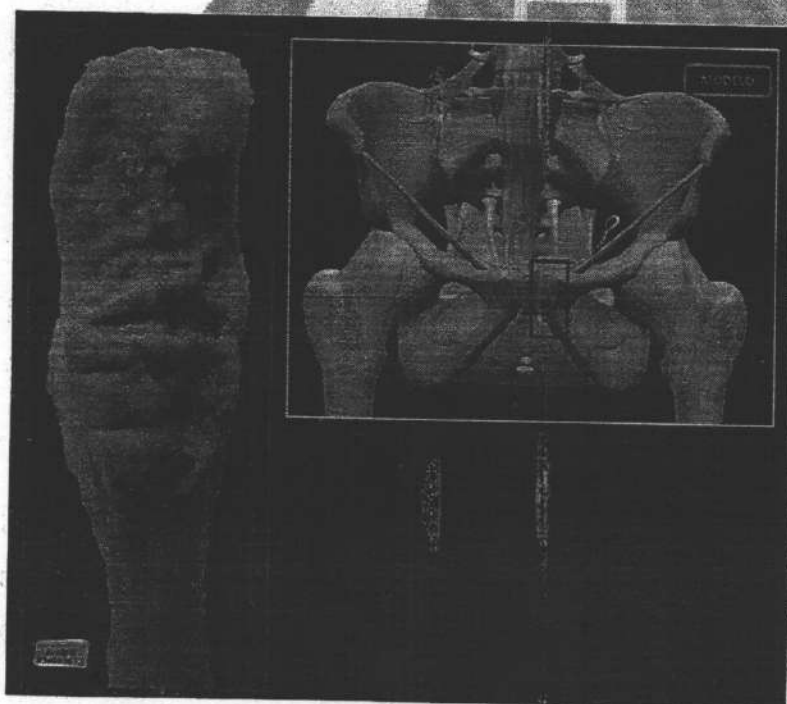
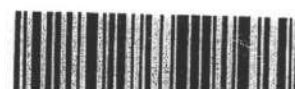


Ilustração 14. Superfície sinfisial do osso púbico do caso 034045672 após o preparo no Laboratório de Antropologia Forense do IML/BH (figura à esquerda) adjacente a imagem anatômica extraída do Atlas de Anatomia Humana Visible Body (figura à direita) para servir de referência ao leitor do presente laudo.





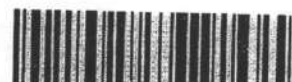
EXAMES COMPLEMENTARES

Foram colhidos materiais biológicos (A, B, C e D) do caso 034045672 através da requisição pericial 2019-034049395; a saber: amostra A (5º dedo do pé esquerdo); amostra B (amostra de osso e músculo do maior pé direito); amostra C (amostra de segmento músculo-cutâneo do menor pé direito) e amostra D (secções transversais do fêmur e amostras de cartilagem). Solicitou-se avaliação se as amostras A,B e C pertencem ao mesmo indivíduo da amostra D. Em caso negativo, solicitou-se o confronto do dito material com o material colhido do caso 034045657. O material fora encaminhado ao Instituto de Criminalística da Polícia Civil, para tentativa de extração de material biológico para exame de DNA, em envelope Starlock padronizado da Polícia Civil, lacrado, nº 2057455. O resultado do exame de DNA será apenso a este laudo pelo Sistema Pcnnet, quando de sua conclusão (última checagem em 16/12/2019 situação: recebida/aguardando distribuição).

Foram colhidos fragmentos de pulmão e de tecido cutâneo do caso **034045672** para pesquisa de reação vital e exame anatomo-patológico, através da requisição pericial nº **2019-034049477**, cujo resultado foi: "Presença de material ora acastanhado, ora enegrecido, inerte, exógeno, compatível com fuligem, no interior de alvéolos de brônquios. Edema intra-alveolar de grau leve a moderado. Congestão vascular acentuada... A pesquisa de reação vital foi positiva no parênquima pulmonar... A pesquisa de reação vital é prejudicada nos fragmentos de pele e tecido subcutâneo devido aos artefatos teciduais pela ação do calor".

Foi colhida urina do caso **034045672** para realização de Exame Toxicológico através da requisição pericial no PCnet nº **2019-034049730**, cujo resultado foi: "A amostra de urina foi submetida a teste de imunensaio em membrana reativa para pesquisa de antidepressivos tricíclicos, anfetamina, barbitúricos, benzodiazepínicos, cocaína, fenciclidina, delta-9-THC (princípio ativo da maconha), MDMA (ecstasy), metadona, metanfetamina, propoxifeno, morfina e/ou respectivos metabólitos, não tendo sido detectada a presença desses. Não foram detectadas, na amostra enviada, a presença de fármacos ou drogas de abuso.".

Foram colhidas vísceras do caso **034045672** para realização de Exame Toxicológico através da requisição pericial no PCnet nº **2019-034049751**, cujo resultado foi: "1) A mucosa gástrica apresentou





potencial hidrogeniônico igual a 6,0. 2) Não foi detectada a presença de cianeto. 3) Uma amostra de fígado (20 g) e uma amostra de estômago (10 g) foram submetidas à extração líquido-líquido e analisadas através de cromatografia em camada delgada e cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas para a pesquisa de fármacos e/ou metabólitos, alcalóides e praguicidas, não tendo sido detectada a presença destes. Conclusão: com a utilização das técnicas atualmente disponíveis neste laboratório, **foi realizada a pesquisa toxicológica acima especificada, não tendo sido detectada a presença das substâncias pesquisadas.**

Foi colhido sangue de câmara cardíaca do caso **034045672** para realização **Exame de Dosagem de Carboxihemoglobina**, através da requisição pericial pelo PCnet nº **2019-034049527**, cujo **resultado foi uma concentração de 0,30% de carboxihemoglobina.**

Foi colhido sangue de câmara cardíaca do caso **034045672** para realização de **Exame de Alcoolemia**, através da requisição pericial no PCnet nº **2019-034049750**, cujo **resultado foi "não foi detectada a presença de etanol na amostra".**

O **Exame Complementar Antropológico Odonto-Legal** foi solicitado através da requisição pericial nº **2019-034049834** com o objetivo de proceder à comparação dos registros *ante mortem* encaminhados pelos familiares de **LILIANE PAES DOS SANTOS** e os registros *post mortem* do caso **034045672**. O exame foi solicitado pelo Sistema PCnet e revelou que **"As características reveladas são suficientes para afirmar que o DESCONHECIDO 034045672 e a documentação odontológica examinada PERTENCEM À MESMA PESSOA, a saber, LILIANE PAES DOS SANTOS, considerando-se a autenticidade da documentação odontológica apresentada"**.

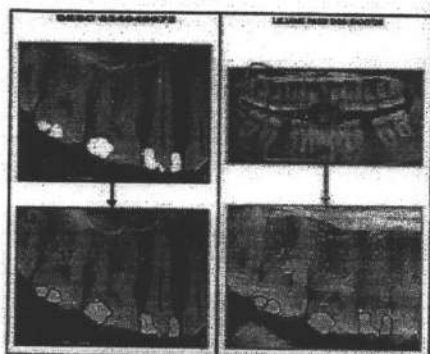


Ilustração 15: extraída do laudo odontolegal nº 2019-024-000225-024-008526090-16, perito signatário Richar Wagner Rodrigues, evidenciando, em amarelo, tratamentos odontológicos coincidentes entre os registros *post mortem* (em vermelho) e os registros *ante mortem* (em verde).





DOCTRINA MÉDICO LEGAL

A carbonização é o estágio mais avançado da exposição ao calor, demandando, em geral, tempo de exposição prolongado ou temperaturas elevadas. A inalação de produtos residuais da combustão de matéria orgânica e de materiais diversos propicia o achado pericial de fuligem na via respiratória, com visualização mais efetiva no lume da traquéia.

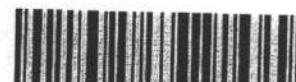
Características da Carbonização.

A morte em incêndios pode ocorrer pela ação direta das chamas em consequência das queimaduras ou **pela ação de uma temperatura elevadíssima** sem que haja contato direto com a chama. Além disso pode ocorrer intoxicação por monóxido de carbono. Um mecanismo não excluiu o outro, ou seja, podem ser simultâneos.

Existe um efeito geral de condensação dos tecidos que origina uma redução do volume de órgãos e membros. O cadáver aparece em atitudes peculiares, chamada de combate ou boxeador, em consequência de um fenômeno puramente físico devido à rigidez muscular pela ação do calor com ligeiro predomínio da musculatura flexora sobre a extensora.

A superfície do corpo assume uma cor negra e apresenta soluções de continuidade notadamente nas pregas de flexão. As soluções de continuidade apresentam bordas limpas, podendo ser confundidas erroneamente com feridas produzidas por instrumento cortante. Há chamuscamento e desaparecimento de pelos e cabelos.

Se a carbonização é suficientemente profunda, chegam a abrir-se as cavidades torácicas, abdominal e craniana, com evisceração. **Pode haver amputações espontâneas de braços e pernas geralmente nas articulações.** Os ossos se fendem e fraturam em sítios típicos: nas extremidades, no tórax e crânio.





Como sinais vitais de queimadura (produzidas em vida) tem-se a presença de eritema periférico nas lesões escarificadas e apertamento da derme e rede vascular congesta. **O encontro de produtos da combustão (fuligem) nas vias respiratórias caracteriza um fenômeno ocorrido em vida.**

Segundo Gomez & Calabuig (1961) o diagnóstico de que o indivíduo estava vivo quando da ação do calor baseia-se nos seguintes parâmetros:

- Presença de produtos de combustão nas vias respiratórias e digestivas;
- Presença de lesões de queimaduras na base da língua, epligote, faringe e laringe;
- Demonstração de carboxihemoglobina no sangue.

Segundo Dérobert (1974) a presença de manchas de fumaça ou de partículas carbonizadas na laringe, traquéia e brônquios, **especialmente no interior dos alvéolos pulmonares, é um elemento de certeza de que a vítima estava viva no momento da carbonização.**

Existe produção de gases nas cavidades corporais em função do calor formando pneumoperitônio (ar no peritônio), pneumotórax (ar no tórax), pneumomediastino (ar no mediastino), pneumopericárdio (ar no saco pericárdico) e áreas de enfisema (acúmulo de ar em outras regiões do corpo como subcutâneo, grupos musculares, câmaras cardíacas etc.).

Segundo Croce & Croce Júnior (2004), " (...) O crânio literalmente estala em múltiplas fraturas, por onde exterioriza-se massa encefálica herniada, com produção de extensas fendas no couro cabeludo. As cavidades abdominal e torácica e o perineo, algumas vezes, fendem-se na linha mediana, pela expansão violenta dos gases, que se formam sob a ação do calor, no interior do corpo" (o grifo é nosso).

Em um modelo de estimativa de mortalidade por queimadura foi considerado fator isolado de mortalidade a presença de idade superior a 60 anos (3% de mortalidade, que, se associado a lesão inalatória das vias aéreas e superfície corporal queimada maior que 40% resulta em 90% de mortalidade (J. Bras Pneumol. 2013; 39(3): 373-381).



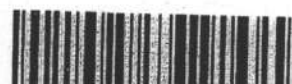


DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Tratava-se de cadáver humano carbonizado, cujo **sexo foi determinado como sendo feminino**, pela presença de genitália interna feminina. Não havia elementos técnicos para estimativa da ancestralidade. A estimativa da estatura foi realizada pelo método de Mendonça através do comprimento do úmero esquerdo que foi de 307 milímetros como sendo **de 157 a 160 centímetros de estatura**. Os elementos utilizados para a estimativa da idade cronológica foram: a morfologia da sínfise púbica (Método de Suchey/Brooks, fase 2A – 1B, compatível com idade em torno de 19,4 a 25 anos, o aspecto macroscópico dos corpos vertebrais que não apresentavam osteofitose, compatível com idade inferior a 30 anos. Segundo esses elementos, estimou-se a idade como sendo compatível com indivíduo adulto não jovem, com **idade em torno de 22 anos (19,4 a 25 anos)**.

O tempo de morte estimado mostrou-se compatível com o informado, sendo **em torno de três dias**. Entretanto, a cronotanatognose (determinação do tempo de morte) para cadáveres não inumados e carbonizados é dificultada pela inexistência de elementos periciais de precisão para o seu cálculo. **A ação do calor se deu em vida**, considerando o encontro **reação vital positiva no parênquima pulmonar**. O exame de sangue, urina e vísceras se mostrou negativo quanto ao exame toxicológico. O exame de sangue se mostrou negativo quanto a alcoolemia. A pesquisa de carboxihemoglobina em sangue colhido da cavidade cardíaca evidenciou dosagem não letal de 0,30%. **A causa da morte foi consequente a carbonização**. Considerando que a ação do fogo consumiu parte dos planos superficiais, fascias, músculos, ligamentos, vasos, nervos, serosas e vísceras, fica resguardada a possibilidade de terem existido outras lesões, potencialmente letais, associadas ou determinantes do mecanismo de morte, em período imediatamente anterior ou ao tempo das ofensas descritas no presente laudo.

Foram colhidos materiais biológicos (A, B, C e D) do caso 034045672 através da requisição pericial 2019-034049395 para avaliação genética, cujo resultado será apenso a este laudo pelo Sistema PCnet, quando de sua conclusão. O exame odontológico evidenciou características suficientes para afirmar que as imagens do caso **034045672** e a documentação odontológica encaminhada como sendo de **LILIANE PAES DOS SANTOS** pertencem ao mesmo indivíduo.





RESPOSTA AOS QUESITOS

1. Pertence o material examinado à espécie humana? (Em caso afirmativo responder aos demais quesitos). Resp. **Sim**.
2. Qual o sexo estimado? Resp. Sexo determinado como sendo **feminino**.
3. Qual a idade estimada? Resp. Idade estimada em torno de **22 anos** (19,4 a 25 anos).
4. Qual a estatura estimada? Resp. Estatura estimada em torno de **157 a 160** centímetros.
5. Qual a cor da pele estimada? Resp. Não havia elementos técnicos para estimativa da ancestralidade.
6. Houve a morte? Resp. **Sim**.
7. Qual a provável causa da morte? Resp. **Carbonização**.
8. Qual o instrumento ou meio que produziu a morte? Resp. **Físico**.
9. Qual o tempo de morte estimado? Resp. Em torno de **três dias**.
10. A morte foi produzida com o emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que poderia resultar perigo comum? Resp. **Sim para fogo**. Não para veneno e asfixia. Sem elementos periciais de convicção para afirmar ou negar os demais.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Yara Vieira Lemos, Médica Legista, na expectativa de haver cumprido fielmente o que foi determinado por V. Exa., coloca-se à disposição para efetivação de quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, encerrando o presente laudo.

MÉDICA LEGISTA

Dra. Yara Vieira Lemos

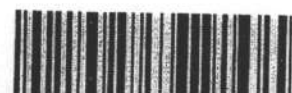
Médica – CRM-MG 42.424

Médica Legista PCMG Nível II - Masp. 1.176.651-6

Especialista em Medicina Legal e Perícia Médica – RQE 43.985

Signature Not
Verified

Assinado digitalmente por
YARA VIEIRA LEMOS
Data assinatura: 17/12/2019
00:46:40 BRST
Razão: Assinado por
Local: Brasil





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

10/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que a parte Requerente apresentou manifestação em cumprimento ao comando retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

10/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(íza) de Direito deste distrito. </br>{Via Movimentação em Lote nº 202000088}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

16/08/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Intimem-se as partes, pela imprensa, para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informar se têm interesse na produção de outras provas, especificando, na oportunidade, as provas que desejam produzir, com delimitação e justificação do objeto probando, sob pena de indeferimento, por impertinência. Ressalta-se que o silêncio das partes implicará em julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Divina Pastora

Nº Processo 202081400173 - Número Único: 0000168-33.2020.8.25.0065

Autor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intimem-se as partes, pela imprensa, para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informar se têm interesse na produção de outras provas, especificando, na oportunidade, as provas que desejam produzir, com delimitação e justificação do objeto probando, sob pena de indeferimento, por impertinência.

Ressalta-se que o silêncio das partes implicará em julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.

L



Documento assinado eletronicamente por **ANA LÍGIA DE FREITAS SOARES ALEXANDRINO**, Juiz(a) de Divina Pastora, em 16/08/2020, às 17:41:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001468195-02**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

18/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: RUY BRITTO PENALVA FILHO - 6144}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO – DISTRITO DE DIVINA PASTORA-, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº: 202081400173

Requerente: ELIANA PAES DOS SANTOS

Requerido: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

ELIANA PAES DOS SANTOS, parte já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, através de seu advogado constituído com endereço profissional na Av. Beira Mar, nº. 1422-A, Farolândia, CEP 49032-000, Aracaju/SE, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho retro, **requerer que seja oficiado o INSS para apresentar declaração de herdeiros da de cujus, com o fito de comprovar que a requerente é a única herdeira da falecida.**

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 18 de agosto de 2020.

RUY BRITTO PENALVA FILHO

OAB/SE 6.144



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

24/08/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE DIVINA PASTORA/SE

Processo: 202081400173

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIANA PAES DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. informar que não possui outras provas a produzir

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

DIVINA PASTORA, 20 de agosto de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

24/08/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que os Litigantes, através de seus Patronos, apresentaram manifestação em cumprimento ao comando retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

24/08/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) MM. Juiz(íza) de Direito deste distrito. </br>{Via Movimentação em Lote nº 202000097}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

01/09/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Defiro requerimento acostado à p. 150. Oficie-se ao INSS para que apresente declaração de herdeiros da de cujus, no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada, intinem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Divina Pastora

Nº Processo 202081400173 - Número Único: 0000168-33.2020.8.25.0065

Autor: ELIANA PAES DOS SANTOS

Réu: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro requerimento acostado à p. 150.

Oficie-se ao INSS para que apresente declaração de herdeiros da de cujus, no prazo de 15 (quinze) dias.

Com a juntada, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias.

LA-h



Documento assinado eletronicamente por **ANA LÍGIA DE FREITAS SOARES ALEXANDRINO**, Juiz(a) de Divina Pastora, em 01/09/2020, às 14:16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001597246-37**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

08/09/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que expedi o Ofício de nº 2020.1159, ao INSS.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

09/09/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202081401159 do tipo OFÍCIO LIVRE (assinante escrivão) [TM3500,MD2028]

{Destinatário(a): Ao Diretora da Agência do INSS}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Divina Pastora
Praça da Bandeira, S/N
Bairro - Centro Cidade - Divina Pastora
Cep - 49650-000 Telefone - (79)3271-1276

Normal



202081401159

PROCESSO: 202081400173 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000168-33.2020.8.25.0065
NATUREZA: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR: ELIANA PAES DOS SANTOS
RÉU: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

A(o) Sr(a) Diretor(a) do INSS

Ofício.

Divina Pastora – Sergipe, 08 de setembro de 2020.

Sr(a) Diretor(a),

Tramitam por este Juízo e Cartório do 1º Ofício, os autos da Ação Cível – Procedimento do Juizado Especial, registrado sob nº **202081400173**, figurando como parte Requerente **ELIANA PAES DOS SANTOS**, e Requerido **ALISSON NASCIMENTO DA SILVA**.

Através do presente expediente e por ordem do MM.^a Juíza de Direito, **Dra. Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino**, venho a presença de Vossa Senhoria solicitar seus préstimos serviços para se manifestar acerca do quanto determinado no despacho de fls. 138, dos mencionados autos, assim vazado:

“Defiro requerimento acostado à p. 150. Oficie-se ao INSS para que apresente declaração de herdeiros da de cujus, no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada, intem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias..”

Ademais, encaminho em anexo, cópia da referido despacho e de fólios necessários ao cumprimento deste processo. Por fim, solicito que a resposta ao requerido neste expediente seja encaminhada, por via eletrônica, ao e-mail do juízo, qual seja: divinapastora@tjse.jus.br.

Nada mais a tratar, aproveito o ensejo para renovar votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Destinatário**Nome:** Ao Diretora da Agência do INSS**Endereço:** Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, , 1615**Bairro:** Jardins**Cidade:** Aracaju - SE**CEP:** 49026010

[TM3500, MD2028]



Documento assinado eletronicamente por **LAYSEANE DOS SANTOS MACHADO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Divina Pastora**, em 09/09/2020, às 08:33:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001651500-05**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

11/09/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que encaminhei o Ofício de nº 2020.1159, via e-mail, ao INSS, conforme atesta cópia em anexo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria


PUBLICAÇÃO:

Não

Ofício de nº 2020.1159 - Processo de nº 202081400173

De : ednaldo Martins Silva Oliveira
<ednaldo.martins@tjse.jus.br>

Sex, 11 de set de 2020 12:40

 1 anexo

Assunto : Ofício de nº 2020.1159 - Processo de nº
202081400173

Para : gexacj <gexacj@inss.gov.br>

Cc : Distrito de Divina Pastora
<divinapastora@tjse.jus.br>

Bom dia!

Sr(a) Diretor(a),

Por meio deste expediente, venho a presença de Vossa Senhoria encaminhar o Ofício de nº 2020.1159, em anexo, expedido no bojo do processo de nº 202081400173, para no prazo assinalado cumpra o quanto requerido pelo Juízo do Distrito de Divina Pastora.

Atenciosamente,

Ednaldo Martins Silva Oliveira
Técnico Judiciário

 **Ofício de nº 202081401159 Processo 202081400173.pdf**
2 MB



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

23/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Ofício INSS
 Juntada de Ofício

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Superintendência Regional Nordeste
Gerência Executiva Aracaju
Agência da Previdência Social Aracaju - Siqueira Campos

Ofício SEI nº 416/2020/APSASC - GEXACJ/GEXACJ - SR-IV/SR-IV-INSS

Aracaju, 22 de setembro de 2020.

A Senhora

LAYSEANE DOS SANTOS MACHADO

Chefe de Secretaria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

Assunto: **Ofício nº 202081401159 referente ao processo n º 202081400173**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.240225/2020-84.

Senhora Chefe,

1. Reportando-nos ao expediente acima mencionado, comunicamos que até a presente, não existem dependentes da Sra. LILIANE PAES DOS SANTOS, CPF Nº 072.385.935-30, habilitados em nossos sistemas.

Atenciosamente,

JEAN MICHEL ALVES SOARES

Técnico do Seguro Social

Chefe de Benefícios - APS Aracaju - Siqueira Campos



Documento assinado eletronicamente por **JEAN MICHEL ALVES SOARES, Técnico do Seguro Social**, em 22/09/2020, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1780415** e o código CRC **EB1FAC1B**.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.240225/2020-84

SEI nº 1780415



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

25/09/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que o INSS apresentou manifestação em cumprimento ao comando retro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

25/09/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Diante do teor da certidão retro, intimem-se as partes para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do teor do ofício acostado aos autos.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

DIVINA PASTORA DA COMARCA DE DIVINA PASTORA
Praça da Bandeira, Bairro Centro, Divina Pastora/SE, CEP 49650000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202081400173

DATA:

28/09/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: RUY BRITTO PENALVA FILHO - 6144}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE RIACHUELO – DISTRITO DE DIVINA PASTORA-, ESTADO DE SERGIPE.

Processo nº: 202081400173

Requerente: ELIANA PAES DOS SANTOS

Requerido: DPVAT SEGUROS E CONSÓRCIOS

ELIANA PAES DOS SANTOS, parte já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, através de seu advogado constituído com endereço profissional na Av. Beira Mar, nº. 1422-A, Farolândia, CEP 49032-000, Aracaju/SE, à presença de Vossa Excelência, **em atendimento ao despacho retro, considerando o ofício do INSS que comprova a inexistência de dependentes da *de cujus*, o que demonstra que a requerente é a única herdeira**, pugna pelo prosseguimento do feito para, ao final, julgar totalmente procedente a demanda, no sentido de condenar a empresa ré ao pagamento R\$ 6.876,04 (seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e quatro centavos), a ser atualizado.

Pede e espera deferimento.

Aracaju/SE, 28 de setembro de 2020.

RUY BRITTO PENALVA FILHO

OAB/SE 6.144